

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA**

FELIPE UCIJARA GUIMARÃES MENDES

PRODUTOS DE UM LUGAR: a Independência no Maranhão em
Luís Antonio Vieira da Silva e Mário Meireles

**São Luís
2010**

FELIPE UCIJARA GUIMARÃES MENDES

PRODUTOS DE UM LUGAR: a Independência no Maranhão em
Luís Antonio Vieira da Silva e Mário Meireles

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof.ºDr.º Marcelo Cheche Galves

São Luís
2010

Mendes, Felipe Ucijara Guimarães

Produtos de um lugar: a independência no Maranhão em Luís

Antonio Vieira da Silva e Mário Meireles / Felipe Ucijara Guimarães

FELIPE UCIJARA GUIMARÃES MENDES

PRODUTOS DE UM LUGAR: a Independência no Maranhão em
Luís Antonio Vieira da Silva e Mário Meireles

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof.ºDr.ºMarcelo Cheche Galves

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.ºDr.ºMarcelo Cheche Galves (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

*Em memória de minha querida e amorosa avó
Elza Guimarães.*

*Aos meus filhos Arthur Felipe e Carmem
Sophia, que está batendo à porta.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, d. Irene, que através do sustento material, me permitiu “errar” por mais tempo nos desvãos do conhecimento.

À minha irmã Jennefer, pelas “conversas de maluco” que às vezes temos.

Aos amigos e amigas, que gostaria aqui de fazê-los representar pelas figuras de três, em especial: Marcelão, pelo esforço no entendimento radical do humano, Portela, pelo mergulho poético na beleza caótica do mundo, e Eurípedes, pelo sonho ponderado na construção de uma sociedade melhor.

E é claro, não poderia deixar de agradecer ao professor Marcelo Cheche Galves pela orientação segura e positiva, fundamental para a consecução deste trabalho.

“Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história”.

(Walter Benjamin, nas teses “Sobre o conceito de história”).

RESUMO

O presente trabalho constitui-se de uma análise historiográfica de dois livros publicados em 1972 sobre os acontecimentos que se desencadearam no Maranhão por ocasião da Independência do Brasil em 1822. São eles: *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, de Luís Antonio Vieira da Silva, cuja edição original é de 1862; e *História da Independência no Maranhão*, de Mário Meireles, publicado no ano de 1972. Tal análise identificou no livro de Mário Meireles a ação de uma “memória historiográfica” de longo alcance que remete ao livro de Vieira da Silva. Compreender os motivos da permanência no livro de Mário Meireles, 110 anos depois, da mesma montagem narrativa dos episódios históricos presente no livro de Vieira da Silva, foi um dos principais objetivos deste trabalho. Noutra frente, procurou-se perceber em que medida a publicação dos livros em 1972 por órgãos do Poder Público do Estado do Maranhão representou uma tentativa de apropriação ideológica por parte do *establishment* militar então vigente, que naquele ano comemorava com grande alarido o sesquicentenário (150 anos) da Independência do Brasil.

Palavras-chave: Luís Antonio Vieira da Silva. Mário Meireles. Independência do/no Maranhão. Sesquicentenário.

ABSTRACT

This work consists of historical analysis of two books published in 1972 about the events that were unleashed in Maranhão at the Independence of Brazil in 1822. They are: *History of Independence of the Province of Maranhão (1822-1828)*, Luis Antonio Vieira da Silva, whose original edition is 1862; and the *History of Independence in Maranhão*, Mario Meireles, published in 1972. This analysis identified the book by Mario Meireles the action of a "memory historiographical" far-reaching which refers to the book by Vieira da Silva. Understanding the reasons for staying in the book by Mario Meireles, 110 years later, the same assembly narrative of historical episodes in this book Vieira da Silva, was one of the main objectives of this work. On another front, we tried to understand to what extent the publication of books in 1972 by government authorities of the State of Maranhão represented an attempt to ideological appropriation by the military establishment, that this year celebrated with great aplomb the sesquicentennial (150 years) Independence of Brazil.

Keywords: Luis Antonio Vieira da Silva. Mario Meireles. Independence Maranhão. Sesquicentennial.

LISTA DE SIGLAS

SUDEMA – Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGM – Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

AML – Academia Maranhense de Letras

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

1 A “PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO”: Luís Antonio Vieira da Silva e o programa histórico do IHGB, 18

1.1 A fundação do inalterável IHGB, 18

1.2 O discurso historiográfico, 19

1.3 Luís Antonio Vieira da Silva e sua *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, 20

1.4 O livro de Vieira da Silva ante o programa histórico do IHGB, 35

2 A “ADESÃO DO MARANHÃO AO IMPÉRIO”: Mário Meireles, um caso de reminiscência historiográfica, 43

2.1 Mário Meireles e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), 45

2.2 Um historiador regional, 48

2.3. A “memória historiográfica”: ação e transformação, 52

2.3.1 “Proclamação” e “adesão” como recursos heurísticos, 63

3 A PUBLICAÇÃO DOS LIVROS EM 1972: o sesquicentenário da Independência como celebração historiográfica, 67

3.1 Dois projetos antagônicos, 67

3.2 O Sesquicentenário nos quadros do IHGB: a construção de uma memória histórica pelo regime militar, 70

3.3 A publicação das obras no contexto do Sesquicentenário, 74

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 85

FONTES E REFERÊNCIAS, 89

INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, pelo menos, a reflexão a respeito dos procedimentos e condições de produção e apropriação do conhecimento histórico, tem feito parte, internacionalmente, do campo de preocupações da pesquisa histórica. Conhecida como “estudos de historiografia” ou ainda “interrogação de natureza historiográfica”, tal reflexão pretende abordar as diferentes maneiras pelas quais certo passado torna-se objeto de interesse, investigação e escrita por determinado tempo presente. Com isso a disciplina histórica tem ganhado em *criticidade*, uma vez que se debruça sobre o seu próprio fazer, e em *originalidade*, já que tais balanços historiográficos podem representar a abertura de novas percepções sobre “objetos históricos”¹ já consolidados, ou mesmo a construção de novos objetos de interesse histórico.

O presente trabalho partilha do universo de preocupações acima referido, indagando-se, historiograficamente, em torno da existência de dois livros de história, publicados com distância de 110 anos, mas que tratam do mesmo assunto: a incorporação do Maranhão aos quadros do Estado brasileiro que então se esboçava em 1822. Além de tratarem do mesmo assunto, há outro fator que aproxima esses dois livros: o ano de 1972.

Em 1972, no momento em que o Brasil vivia seu período de maior “fechamento político” por conta da ditadura militar, vem a público dois livros tratando sobre os acontecimentos que se desencadearam no Maranhão em virtude do processo de emancipação política do Brasil, deflagrado formalmente em 1822.

O lançamento de tais obras pode ser inserido no conjunto dos acontecimentos que marcaram, por todo o país, as comemorações em torno dos 150 anos da Independência brasileira. E aqui cabe esclarecer que pensar a Independência brasileira nos marcos de uma uniformidade de interesses e vontades, como se o Brasil já estivesse

¹ O conceito de “objeto histórico” deve ser entendido nesse trabalho no sentido de que o passado em si mesmo não é propriamente a matéria do historiador, mas sim o passado transformado em objeto de investigação, em objeto histórico (GUIMARÃES, 2007, p. 97), o que implica necessariamente escolhas e procedimentos comuns ao método historiográfico, que fazem da disciplina histórica uma *operação* onde se combinam um *lugar social*, um *procedimento analítico* e a *construção de um texto* (CERTEAU, 2007, p. 65-119). Essa discussão teórica estará presente, implícita ou explicitamente, ao longo de todo o trabalho.

pré-formado às vésperas de 1822 e que só bastaria então o movimento de emancipar-se para se efetivar a nação – é o resultado de uma opção historiográfica consolidada por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que tem servido historicamente às classes dominantes, em maior ou menor grau, como elemento simbólico de construção de uma unidade nacional indissolúvel.

Tal visão de um Estado forte que já nasce grandioso e sem dinâmicas regionais singularizadas serviu perfeitamente aos interesses políticos dos militares que comemoraram com grande alarido os 150 da nossa emancipação política. Assim, a partir de perspectivas menos oficiais, torna-se preciso questionar em que medida a Independência contribuiu para forjar efetivamente o Estado e a nação brasileira.

Voltando aos livros, tratam-se da *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, de Luís Antonio Vieira da Silva, e da *História da Independência no Maranhão*, de Mário Martins Meireles.

A primeira obra, em verdade, foi publicada originalmente em 1862, portanto 110 anos antes, e tem sua 2ª edição articulada em 1972 pela Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA). Este órgão havia sido criado na segunda metade da década de 1960 por José Sarney, então governador do Maranhão. Tratava-se de uma autarquia que tinha por objetivo, segundo seu idealizador, inaugurar um tempo de coordenação e planejamento na administração pública maranhense. Ainda no ano de 1972, o governador que sucedeu José Sarney, Pedro Neiva de Santana, extingue a SUDEMA e cria no seu lugar a Secretaria de Planejamento. Segundo a oposição da época, a SUDEMA não passava de um “paraíso de técnicos” bem remunerados, envolvida em denúncias de irregularidades financeiras (JORNAL PEQUENO, 6 de Outubro de 1968 e 2 de Julho de 1972).

Pois bem, a *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, de Vieira da Silva, descoberta e valorizada por algum técnico da SUDEMA, muito provavelmente Raimundo Nonato Cardoso, que é quem apresenta e anota a 2ª edição da obra, vem a público como *edição comemorativa ao Sesquicentenário da Independência do Brasil*, como está dito na própria folha de créditos do livro. Apesar de dar prosseguimento à “Coleção São Luís”, patrocinada pela SUDEMA, sendo o 4º volume dessa Coleção, tudo indica que a obra de Vieira da Silva foi escolhida intencionalmente (pois havia outras obras esperando publicação) visando responder aos apelos de *nacionalismo* emanados do Executivo Federal, os quais se faziam ecoar de maneira

previsível nas unidades da federação. Basta lembrar que em 1970, o então presidente do Brasil, general Emílio Garrastazu Médici, escolheu “tranqüilamente” os governadores de 21 estados brasileiros. Nesse sentido, pode-se perguntar em que medida o livro de Vieira da Silva se presta às apropriações do ufanismo nacionalista vivido pelo Brasil à época, caracterizada pelo chamado “milagre econômico” e pela euforia em torno da conquista da Copa de 1970.

Além dessa preocupação, que se volta, por assim dizer, para uma reflexão em torno das apropriações que estudos históricos podem ter visando corroborar ou legitimar um estado de coisas presente, será preciso ainda analisar a obra de Vieira da Silva de acordo com a conjuntura sócio-política-historiográfica de seu próprio tempo, 1862, para se perceber como esse objeto histórico – a “adesão” do Maranhão à Independência – pôde então ser construído de uma determinada forma e não de outra, segundo determinados termos e não outros quaisquer. Em outras palavras, tratar-se-á de perceber a construção de uma “memória historiográfica” em torno da incorporação do Maranhão ao Império brasileiro. “Memória” esta que ainda se fará presente, *mutatis mutandis*, 110 anos depois, com a publicação do livro de Mário Meireles sobre o mesmo assunto (GALVES, 2008, p.1-10).

Desta feita, a segunda obra referida, a de Mário Meireles, é mesmo do ano 1972, e também sai sob os auspícios do Governo do Estado do Maranhão. No seu prefácio ao livro, Magno Bacelar, secretário de Educação e Cultura do Estado do Maranhão à época, justifica o interesse do Governo em publicar a obra referindo-se à fase de “civismo” e “educação” pela qual passava o país, momento no qual tal obra se mostrava “útil e oportuna”. Como dito acima, naquela quadra o Brasil passava por uma ditadura militar e era governado pelo general Garrastazu Médici (1969-1974), cujo governo caracterizou-se pela tecnocracia e pelo fechamento da vida política do país às formas conseqüentes de oposição. Aqui, a pergunta feita para o livro de Vieira da Silva pode ser refeita para o de Mário Meireles: quais são os elementos que o tornaram atraente para a visão de mundo então dominante nos meios político-administrativos brasileiros?

Não se vê, no entanto, no livro de Mário Meireles, referências ao Sesquicentenário da Independência. Seja como for, a escolha do ano de 1972 para a publicação do livro, não parece ter sido fortuita, seja por parte do autor, seja por parte dos órgãos oficiais que o patrocinaram. Naquele ano, os jornais de São Luís faziam repetidas referências aos 150 anos da Independência, dando destaque para a

“peregrinação cívica” que os restos mortais do Imperador D. Pedro I fariam por todo o país.

Em julho de 1972, mês do lançamento da 2ª edição do livro de Vieira da Silva, os despojos do Imperador se encontravam em São Luís (JORNAL PEQUENO, 13 de Julho de 1972). Um mês depois, em agosto do mesmo ano, saía o livro de Mário Meireles, que dialoga em várias passagens com o livro de Vieira da Silva. Assim, há alguns elementos que nos permitem afirmar a existência de uma afinidade de motivos e interesses entre os dois livros, a qual se procurará perceber neste trabalho. Por isso, há de se perguntar também de que maneira a obra de Mário Meireles reproduz a matriz interpretativa sobre a Independência inaugurada, no Maranhão, por Vieira da Silva.

Não se trata, todavia, e que isso fique bem claro, de estabelecer uma relação mecânica entre os dois livros em tela e o patriotismo ideológico veiculado pelas instâncias governamentais da época. Esse patriotismo se exerceu de maneira direta apenas na forma como a efeméride “150 anos da Independência” foi apropriada pelo regime militar, ou seja, com grande alarde. Os vários acontecimentos que se deram no país por conta disso, festas, exposições, lançamentos de livros, palestras, fugiram em grande medida ao controle estrito do Estado, embora acompanhassem, se não quisessem ter problemas com as autoridades, o clima geral de ufanismo. Isso em se tratando das iniciativas que tiveram o patrocínio do Poder Público.

No âmbito das iniciativas privadas, vários foram os acontecimentos que se utilizaram da data para protestar aberta ou sutilmente contra o regime militar². Assim, na publicação dos livros, percebe-se que estão presentes dois fatores que se relacionam de maneira muito próxima. Primeiro o fato de serem publicados por meio do patrocínio de órgãos oficiais do Estado do Maranhão (SUDEMA e Secretaria de Educação e Cultura), e segundo o fato das publicações ocorrerem exatamente no ano do sesquicentenário da Independência brasileira. Por se tratar de um período de “fechamento político”, no qual as tendências de oposição estavam sendo sistematicamente reprimidas e as diretrizes fundamentais da política emanavam do Executivo Federal, é de se acreditar que publicações financiadas por órgãos oficiais do

² Podemos aqui lembrar, no âmbito historiográfico, a publicação em São Paulo, no ano de 1972, do livro *1822: Dimensões*. Organizado por Carlos Guilherme Mota, nele, o estudo da Independência é tratado a partir de uma perspectiva crítica e inovadora, que se distanciava da tradição narrativa e procurava enfocar “os grandes vetores da conjuntura mundial do período” [da Independência] (COSTA, 2005, p.89). O livro trazia, também, a tentativa de se pensar o problema da *dependência* (JANCSÓ, 2005, p. 48).

Estado, ou se coadunassem com os propósitos dos mesmos, ou pelo menos se mostrassem inócuas, não representando perigo à ideologia estatal em voga.

Do que foi dito, cabe definir agora de maneira objetiva o que se pretende nas próximas seções.

No capítulo 1, a discussão vai girar em torno da construção desse objeto histórico que é “o Maranhão na Independência”, no livro de Vieira da Silva, e terá por base: os subsídios teóricos de Michel de Certeau, no seu texto “A operação historiográfica” (CERTEAU, 2007, p. 65-119), as reflexões historiográficas de Wilma Peres Costa em “A Independência na historiografia brasileira” (COSTA, 2005, p. 53-118), os apontamentos em artigos do professor Marcelo Cheche Galves (GALVES, 2006; 2008), e as problematizações em torno do assunto levantadas recentemente por Matthias Röhring Assunção em “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia’ no Maranhão, 1822-1827” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 345-378).

Tentaremos perceber, também, como Vieira da Silva aplicava na sua narrativa as diretrizes historiográficas do IHGB, do qual era membro, atentando, sobretudo, para a possível construção de um discurso nacionalista, já consolidado no imaginário³ das classes dirigentes do país em 1862 (data da publicação de seu livro) e mesmo presente nas formulações iniciais do Instituto em 1838-1839. Neste passo, o diálogo será com o texto de Manuel Luiz Salgado Guimarães, “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil” (GUIMARÃES, 2007, p. 95-122). O modelo historiográfico inaugurado por Vieira da Silva parece atravessar esses quase 150 anos que nos separam da primeira edição do seu livro. Compreender as causas dessa permanência se faz fundamental para a historiografia maranhense do séc.XXI.

O capítulo 2 será dedicado ao estudo da obra de Mário Meireles sobre a Independência no Maranhão. Tentaremos perceber em que medida e de que maneira ele é tributário da matriz interpretativa que se inaugura, no Maranhão, com Vieira da Silva, com o apoio dos mesmos textos já citados, mais o acréscimo da dissertação de Ana Ládía Conceição Silva, *Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles* (SILVA, 2008). O lugar institucional de onde

³ Utilizamos aqui os conceitos de *imaginário* e *simbólico* em sentido *lato sensu*, de forma indiferenciada, como processos interdependentes, no que seguimos a teorização de Castoriadis: “As profundas e obscuras relações entre o simbólico e o imaginário aparecem imediatamente se refletirmos sobre o seguinte fato: o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para “expressar-se”, o que é óbvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa a mais” (CASTORIADIS, 1982, p. 154)

fala Mário Meireles enquanto historiador, o IHGM, e a relação deste com sua instituição congênere em nível nacional, o IHGB, será um foco importante de análise. Será interessante perceber também se há um discurso nacionalista na *História* de Mário Meireles e, se há, de que forma esse discurso vem articulado em 1972.

Por fim, no último capítulo, o terceiro, o interesse se voltará para o contexto de apropriação de tais obras, em 1972, pelo patriotismo ideológico do regime militar então vigente. Por sua natureza oficiosa, o IHGB sempre prestou os melhores serviços ao Estado brasileiro, seja por sua prerrogativa filosófica em construir uma “história triunfante” para o Brasil, seja por sua fidelidade política em contribuir – decorrência daquela prerrogativa – para a manutenção do *status quo* através das idéias recorrentes de *civismo* e *patriotismo*. Tentaremos ver, nessa seção, como o fato das obras publicadas em 1972 pertencerem a autores ligados ao IHGB e suas congêneres (IHGM), podem ter contribuído para que encontrassem maior acolhida entre seus órgãos patrocinadores (SUDEMA e Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão), ligados por muitos canais às emanções ideológicas do Executivo Federal. Faremos, então, referência a algumas noções político-históricas que teriam aproximado os militares da obra emancipacionista projetada na figura de D. Pedro I, tentando perceber como essa aproximação correspondia a um nível filosófico-político mais profundo de identificação com uma “história oficial” e niveladora dos acontecimentos (neste ponto as reflexões de Walter Benjamin e dos seus intérpretes sobre a escrita da história serão fundamentais⁴).

Seguindo a mesma linha, refletir-se-á sobre o clima de comemoração criado, pelos militares, em torno do Sesquicentenário da Independência, bem como sobre o que esteve envolvido, de modo geral, na publicação em 1972 dos livros em tela.

Deste modo, a indagação em torno das obras aqui estudadas levará em consideração, sobretudo, o contexto histórico e institucional (historiográfico) em que foram produzidas (ou reapropriadas, para o caso do livro de Vieira da Silva).

Refletir sobre as conjunturas em que as narrativas históricas são criadas e em função de que circunstâncias são reapropriadas, é desmistificar a história enquanto estatuto de verdade, devolvendo-a ao seu tempo e aos referenciais desse tempo. É, de

⁴ Utilizar-se-á, para tanto, os textos: “Sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1994); *História e narração em Walter Benjamin* (GAGNEBIN, 2004); e *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”* (LÖWY, 2005).

algum modo, e paradoxalmente, aproximar-se mais da verdade, que para nós, se confunde com a capacidade meta-crítica de *saber o que já sabemos*. A partir desse distanciamento e dessa capacidade de ver os bastidores da produção histórica, tradições veneráveis se desfazem, deixando ver os elementos “humanos, demasiado humanos” com que foram criadas, abrindo espaço para que novos objetos históricos sejam criados ou para que novas leituras se formem sobre os já consolidados. O nosso trabalho espera contribuir nesse sentido.

1 A “PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO”: Luís Antonio Vieira da Silva e o programa histórico do IHGB

1.1 A fundação do inalterável IHGB

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), sociedade civil de direito privado, fundada em 1831 com o objetivo principal de fomentar as atividades produtivas do país, em sessão do seu Conselho Administrativo datada de 18 de agosto de 1838, propôs a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico. Os responsáveis diretos pela proposta foram o primeiro-secretário da Sociedade, marechal Raimundo José da Cunha Matos, e o secretário-adjunto da mesma, cônego Januário da Cunha Barbosa.

Estas sumárias informações sobre o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), são suficientes, pensamos nós, para sugerir a sua ligação com os interesses do *status quo* da nascente sociedade nacional⁵. De fato, como afirma Arno Wehling, “*o status sócio-profissional de todos os 27 sócios fundadores e a importância política de pelo menos 9 deles (senadores, ministros, conselheiros de Estado) atesta a integração do Instituto ao establishment imperial*” (WEHLING, 1994, p. 153).

A proposta de criação do Instituto foi aprovada em Assembléia Geral da Sociedade no dia seguinte, 19 de agosto de 1838, e no dia 21 de outubro de 1838 o Instituto foi instalado pelo presidente da SAIN, marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres, na presença dos 27 membros convidados para sócios fundadores. O fato do IHGB nascer atrelado a uma Sociedade de caráter eminentemente voltado para os setores produtivos da nação, já o coloca numa posição utilitarista, para não dizer política, que vai ser a de contribuir para a consolidação das bases ideológicas e imaginárias do jovem Estado brasileiro. Os homens que participaram da fundação do IHGB eram quase todos, no dizer de Wehling, “homens com visão nacionalista e centralizadora” (1994, p.155). Atribuindo essa visão à elite política que caracterizou o Império, diz ainda:

⁵ Usamos aqui a expressão “sociedade nacional” no sentido de contrapô-la a uma “sociedade colonial”. Florestan Fernandes afirma que com a Independência, um novo tipo de autonomia política surgiu, o que levou à formação da sociedade nacional brasileira. O poder deixava de se manifestar “como *imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro*” (FERNANDES, 1975, p. 31; grifo do autor). No entanto, a sociedade nacional que assim nascia, conservava, travestidos sob formas burocráticas, os privilégios da dominação senhorial advindos do Brasil colônia (FERNANDES, 1975, p. 31-85).

Repetem-se, no caso do IHGB, as características gerais desta elite política imperial definidas por José Murilo de Carvalho: defesa da unidade nacional, consolidação do governo civil, redução do conflito a nível nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política [...]

O artigo primeiro do Estatuto inaugural do IHGB, aprovado em 25 de novembro de 1838, que trata dos objetivos da instituição, reza o seguinte:

Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem (www.ihgb.org.br, acessada em 2/1/10).

Ainda em funcionamento, o IHGB, através de sua página na Internet (www.ihgb.org.br), orgulha-se de seguir orientando-se, “com pequenas adaptações ditadas pelas circunstâncias”, pelos objetivos do Primeiro Estatuto da Instituição. Acentuam, inclusive, que o texto primitivo do Estatuto vem reproduzido em nota de rodapé na redação do Estatuto atual, providência que segundo eles tem como objetivo “sublinhar a fidelidade aos ideais que nortearam a ação dos fundadores”.

Pode-se perceber a nota de sectarismo com que 171 anos depois os representantes do IHGB se atêm às formulações iniciais do Instituto. Ainda que se trate de uma instituição com foros de oficialidade, cujo título de Protetor da mesma foi dado ao Imperador D. Pedro II, principal incentivador e financiador das atividades do Instituto durante um longo período, e por mais que se diga também que se trata de uma escolha em manter firmes, sem digressões que o desfigurem, os propósitos iniciais do Instituto, torna-se digno de curiosidade este apego quase reverencial à “ação dos fundadores”.

1.2 O discurso historiográfico

No seu percuciente artigo “A operação historiográfica” (CERTEAU, 2007, p. 65-119), Michel de Certeau afirma que um livro de história que pretenda almejar o estatuto de “obra historiográfica” deve se preocupar menos com o público leitor do que com certas regras vigentes num grupo dedicado à produção histórica. O “eu” do escritor-historiador deve estar amparado no “nós” de um trabalho coletivo, para que

seus pares possam reconhecer a existência de um discurso historiográfico amparado em critérios científicos, ou, pelo menos, em critérios reconhecidos e legitimados pelo grupo em questão. É somente com a condição de ser “recebido” por seus “pares” que um livro de história pode conquistar o lugar de “enunciação historiográfica”. Do contrário, segundo Certeau, cairá na categoria de “vulgarização”, podendo, não obstante, granjear as simpatias de um grupo ou outro. De certo modo, são as regras do discurso historiográfico pertencente a determinado grupo o que importa em última instância. Diz Certeau:

Este discurso – e o grupo que o produz – *faz* o historiador, mesmo que a ideologia atomista de uma profissão “liberal” mantenha a ficção do sujeito autor e deixe acreditar que a pesquisa individual constrói a história (CERTEAU, 2007, p. 72; grifo e aspas do autor).

Esta análise, feita nos primeiros anos da década de 1970, considerada pelo autor como uma *sociologia da historiografia*, permanece ainda hoje orientando com lucidez as reflexões em torno da pesquisa histórica.

1.3 Luís Antonio Vieira da Silva e sua *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*

Fizemos estas duas ordens de considerações (a dos tópicos acima) para melhor apresentar o nosso autor e a obra que nos interessa: Luís Antonio Vieira da Silva e o seu livro, publicado originalmente em 1862, *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*⁶.

Isto porque Vieira da Silva pertenceu aos quadros administrativos do IHGB (chegou a ser tesoureiro) e certamente não deixou de ser influenciado pela busca de um modelo de escrita da história do Brasil que caracterizou os primeiros passos da Instituição, fundada 24 anos antes da publicação de seu livro.

Formado em Direito pela Universidade de Heidelberg, em 1849, no Grão Ducado de Baden, Alemanha, Vieira da Silva exerceu inúmeros cargos políticos no Segundo Reinado, entre os anos de 1861 até sua morte em 1889, tais como: Deputado

⁶ Para este trabalho consultamos apenas a 2ª edição, de 1972, que, como foi dito na Introdução, saiu sob o patrocínio da SUDEMA (autarquia do Governo do Maranhão à época) como parte das comemorações promovida pelo Governo Federal (sob comando dos militares) em torno dos 150 anos da Independência do Brasil.

Provincial e Geral pelo Maranhão, Senador pelo Maranhão, Presidente das Províncias (por períodos curtos) do Piauí e do Maranhão, Ministro da Marinha e também Conselheiro do Império; possuía título de Fidalgo (Visconde de Vieira da Silva) e foi Grão-Mestre da Maçonaria brasileira. Nasceu em Fortaleza a 2 de outubro de 1828 (mas seus ascendentes maternos e paternos pertenciam às tradicionais famílias da Ribeira do Itapecuru), filho do também Ministro e Conselheiro do Império Joaquim Vieira da Silva e Sousa e de Dona Columba de Santo Antonio Gaioso de Sousa. Faleceu no dia 3 de novembro de 1889.

Antes de escrever a obra de que iremos tratar, Vieira da Silva já escrevera outra obra de importância, a *História Interna do Direito Romano Privado até Justiniano*, com apenas 26 anos, publicada em 1854, e que segundo o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 8 e 9 de abril do mesmo ano, era indispensável “a todos os advogados, magistrados, professores e universitários” (CARDOSO *apud* VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 9).

Reputado orador e escritor, ocupando desde que voltara da Alemanha cargos públicos de importância, é de crer-se que com sua obra sobre o Maranhão, o Visconde de Vieira da Silva almejasse corresponder às exigências de seus pares do IHGB. Não obstante isso, foram apontados, ainda no seu lançamento em 1862, alguns defeitos na obra que, no entanto, segundo o próprio crítico (Antonio Henriques Leal), não chegavam a lhe comprometer os méritos.

Vieira da Silva contava apenas 34 anos quando lançou sua obra sobre a Independência no Maranhão; fora deputado provincial pelo Maranhão no período de 1860-1861 e em 1862 era o 3º vice-presidente da província do Maranhão. Os documentos de que se utilizou para escrever a sua *História*, ele os coligira durante a sua estada à frente da Secretaria de Governo da Província do Maranhão. Diz ele: “*O desejo de conhecer a História da Província nasceu em mim no correr do ano de 1854. Queixa antiga era no Maranhão o pouco que se havia feito em relação a este assunto*” (VIEIRA DA SILVA *apud* MARQUES, 1970, “Memorandum”, p. XV). Deste ano, também, data o início de suas consultas ao arquivo da Secretaria do Governo do Maranhão (VIEIRA DA SILVA *apud* MARQUES, 1970, “Memorandum”, p.XVI).

Assim, não se pode encarar Vieira da Silva como um historiador desinteressado, escrevendo inocentemente uma *História* para ficar de ilustração e ensinamento para as gerações vindouras, muito embora seja possível que com tal assertiva, justificasse, num

plano mais elevado, sua obra para si mesmo e para os seus pares ilustrados. Num plano prático, que o autor não ousaria confessar, não é impossível pensar que o esforço despendido na obra (através do recolhimento de documentos ao longo de anos e da reflexão e narrativa sobre os mesmos) visasse uma *projeção social*, numa sociedade em que as classes governantes justificavam a repressão às iniciativas democráticas dizendo que o povo era ignorante e que não se devia dar muita liberdade à plebe, pois isso conduziria ao caos e à anarquia. Deste modo, os homens aptos a governar deveriam ser bem educados, seja para conduzir a ralé ignara com prudência e sabedoria, seja para lhe dar bons exemplos. Era preciso ter a plebe sob a tutela de homens inteligentes, ilustrados, até que ela atingisse a maioria intelectual e moral que a tornaria digna de ter representantes. Neste consenso que as elites teceram implicitamente entre si, a demonstração de saber através da publicação de um livro que se colocava, ainda mais, dentro de uma utilidade político-administrativa para os homens de Estado (algo preconizado pelo IHGB, como veremos à frente), era algo que, no mínimo, qualificava o seu autor para que pudesse assumir as mais altas funções públicas.

Deve-se ter em mente, portanto, a idéia de que ao preparar o seu livro sobre a Independência no Maranhão, Vieira da Silva pretendia, além de colocar-se dentro dos padrões do “discurso historiográfico” então articulado pela instituição de que fazia parte, o IHGB, além disso, demonstrar que estava apto intelectualmente para assumir altos postos políticos, carreira na qual estava empenhado.

Com relação à influência do IHGB, pode-se pensar que o discurso historiográfico ali circulante é que tenha *feito* o historiador Vieira da Silva, e que a questão de colocar-se ou não dentro da “enunciação historiográfica” do IHGB tenha sido apenas uma elucubração secundária, pois que ela já se resolvera tacitamente pelo tipo de “cultura histórica” predominante no séc. XIX. Certo, sabemos dos perigos de se atribuir mecanicamente o pensamento de um autor ao ideário dominante em determinada época. Mas se pensarmos que Vieira da Silva era um típico representante do político/letrado do séc. XIX, ocupando durante grande parte de sua vida os melhores postos político-administrativos do Estado imperial brasileiro, e ainda mais, quando sabemos que ele pertencia a uma instituição como o IHGB, que era, por assim dizer, um órgão oficial empenhado em lançar as bases simbólicas da nação, podemos compreender que ele não pretendesse “inventar a roda” e se colocasse na linha

dominante da cultura histórica no séc. XIX, que estava justamente imbuída do esforço político de constituição imaginária das nações.

Dito isto, analisemos agora mais de perto a organização interna do livro de Vieira da Silva, para que se perceba de que forma ele construiu esse “objeto histórico” de longa vigência.

A *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)* está dividida cronologicamente em 16 capítulos, que correspondem a meses ou anos, sendo variável o período de tempo que cada um deles recobre. A depender da ênfase que o autor quer atribuir a determinado período, considerado de maior importância para os propósitos do livro, ele pode se demorar 7 capítulos para tratar do ano de 1823, por exemplo, ou tratar do período que vai de 1825 a 1828 num único capítulo, como efetivamente o faz. Cada um desses capítulos vem com uma pequena ementa, logo no início, elencando os principais pontos abordados no capítulo em questão.

Apesar de no título do livro vir o ano de 1822, a narração começa falando das possíveis causas que teriam desencadeado a Revolução do Porto de 1820, e sua recepção na América portuguesa. O autor, entretanto, ainda retrocede um ano antes para tratar do governo do Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca à frente do Maranhão, assumido em 24 de agosto de 1819. Assim o faz para que o leitor se situe a respeito das condições sócio-econômicas vigentes no Maranhão ao aderir ao constitucionalismo português trazido com o *vintismo* (como também ficou conhecida a Revolução do Porto de 1820). O livro termina referindo-se aos governos dos dois presidentes de província do Maranhão que cobrem o período que vai de 1825 a 1829, embora no título venha a data de 1828. Vieira da Silva chega apenas a referir, no final de seu livro, o governo seguinte do Desembargador Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí, que assume em 14 de janeiro de 1829 e demite-se em 29 de novembro de 1831, sendo reputado pelo autor do livro por muito “ilustrado e constitucional”, ao contrário dos dois anteriores, que ainda conservavam certo espírito de facção. O governo seguinte seria o do pai de Vieira da Silva, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, ao qual Vieira da Silva sequer faz referência, dando por encerrado seu livro. Apesar das agitações maiores já se terem passado, a imagem que Vieira da Silva nos deixa ao final do livro é que o Maranhão continuou vivendo agitações internas, realimentadas com a Abdicação em 1831.

O grosso do livro concentra-se sobre o ano de 1823, para o qual o autor reserva 7 (sete) capítulos inteiros. O capítulo I cobre o período de 1819 a 1822, o capítulo II trata do ano de 1822, o capítulo III cobre o último mês de 1822 e os meses iniciais de 1823. O ano de 1823, como já dissemos, o ano principal da narrativa, é tratado ao longo dos capítulos IV, V, VI, VII, VIII, IX e X. Os capítulos XI, XII e XIII cobrem o ano de 1824, e o de 1825 vai nos capítulos XIV e XV. O capítulo final, XVI, se estende de 1825 a 1828, cobrindo a mesma quantidade de anos – três – do capítulo inicial. Percebe-se, assim, que o autor começa num movimento narrativo distendido, vai intensificando-o em períodos temporais mais curtos, nos quais a narrativa das lutas e dos sucessos políticos requer um detalhamento maior, e novamente volta a se distender no final. O seu interesse concentra-se claramente no ano de 1823, ano em que o Maranhão “adere” à Independência e em que começam as disputas intra-oligárquicas pelo poder local (embora por ocasião da chegada da notícia da Revolução do Porto no Maranhão, em abril de 1821, tenhamos visto disputas do mesmo teor, e muitas vezes, com as mesmas figuras políticas).

Um primeiro aspecto que sobressai na análise do livro é a qualificação, por parte do autor, dos acontecimentos narrados como *contemporâneos*. A primeira frase do livro é: “*Proponho-me a escrever a História da Independência da Província do Maranhão à vista de documentos contemporâneos que com dificuldade coligi*” (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 29). A mesma percepção tem Antonio Henriques Leal, o apresentador do livro em 1862, ao tratar das dificuldades que se apresentam na “narração de fatos contemporâneos”. Lembremos que 40 anos eram passados desde a Independência.

A escolha do termo “proclamação” no título deste capítulo procede do próprio reiterado uso que tem no livro de Vieira da Silva, como também, pudemos observar, nos documentos produzidos por ocasião dos fatos. O termo confere um sentido ativo à emancipação, como se forças diversas tivessem pugnando por tal, e fosse, por assim dizer, um desejo coletivo. “Proclamação” também sugere, no caso específico da Independência no Maranhão, algo elaborado internamente. O termo “adesão”, por outro lado, em torno do qual se tem feito, recentemente, alguma polêmica, sugere algo passivo, resignado, frente a um movimento a que não se pode resistir, e que vem “de fora” (voltaremos a essa questão em outro momento).

Podemos agora perguntar: porque escrever a história dessa independência, o que teria motivado a criação desse “objeto histórico” da maneira específica como fora

criado? Temos aí duas questões: porque foi criado e porque foi criado da maneira como o foi, perguntas que, diga-se desde logo, exigiriam longas pesquisas e que não nos colocamos na obrigação de responder neste trabalho, senão alusivamente.

A documentação produzida no Maranhão em virtude do processo de Independência desencadeado no sul do país (por exemplo: a correspondência entre chefes independentes e autoridades que representavam a Coroa portuguesa), não deixa dúvidas quanto ao fato das sérias proporções que assumiram os conflitos em torno da incorporação do Maranhão ao Império brasileiro.

Um objeto histórico não surge *ex-nihilo*. O objeto “o Maranhão na Independência” também não foi a criação de um sujeito isolado, muito embora, este tenha sido o “filtro” por onde várias demandas, sociais, políticas, institucionais, pessoais, tenham se depurado dando origem àquele objeto da forma específica como apareceu. Dito de outra forma: não existia, no limbo das idéias, o tema “o Maranhão na Independência”, esperando que alguém viesse descobri-lo. Ele foi criado a partir de um conjunto de condições específicas que o possibilitaram, mas que não o determinaram. E aqui entra o fascínio da história: perceber as sutis transições e o elemento muitas vezes casual que existe entre a “possibilidade” e a “determinação” de algo. Mais ainda, o mesmo conjunto de acontecimentos (ou melhor, de documentos e depoimentos analisados) poderia dar origem a outra abordagem, se criando um objeto histórico diferente do que vem sendo historicamente reproduzido.

Uma criação destas pode se naturalizar, como se a abordagem sobre os elementos históricos existentes fosse realmente a correta, e isso acontece pela força persuasiva que pode ter a criação originária, gerando o que se tem chamado de “memória historiográfica”, a qual os historiadores que vêm depois às vezes cegamente, outras vezes por opção própria, repetem sem nenhuma prevenção, podendo tornarem-se anacrônicos no que diz respeito, por exemplo, aos “contextos de produção” ou “correntes historiográficas” (GALVES, 2008, p. 1-10).

Veremos no próximo capítulo como Mário Meireles, na sua *História da Independência no Maranhão*, publicada 110 depois do livro de Vieira da Silva, reproduz em larga medida a “memória historiográfica” sobre a Independência no Maranhão que remonta ao livro do Visconde, tornando-se no início da década de 1970 um fruto regional extemporâneo frente a uma historiografia sulista que já se fazia sobre bases mais críticas.

A criação de objetos históricos é, podemos pensar, o resultado da combinação entre demandas sociais de um determinado tempo presente e a existência de elementos históricos concretos que podem ser apropriados de diferentes maneiras, sem deixar de estar incluso, é claro, naquelas “demandas sociais”, a figura do historiador, com seus próprios projetos pessoais e/ou institucionais. Os elementos históricos que serviram para a criação desse objeto, “o Maranhão na Independência”, se compunham dos vários documentos deixados por ocasião dos fatos e dos depoimentos de pessoas que participaram do processo, entre elas o próprio pai de Vieira da Silva, que tivera atuação importante nos acontecimentos. As demandas sociais do tempo é o que tentaremos vislumbrar nas linhas abaixo.

Vieira da Silva se formou em Direito em 1849, no Grão-Ducado de Baden, Alemanha, e certamente não pôde deixar de presenciar a intensa movimentação política que agitava a Europa em torno dos ideais democráticos e socialistas. Tentando explicar os motivos da Revolução Constitucionalista do Porto de 1820, o Visconde faz referência, logo no início de seu livro, aos “princípios democráticos”. Diz ele:

Estimulados pelo exemplo da Espanha e da Itália, que tentavam organizar os seus Governos constitucionalmente, senão arrastados pela torrente das novas idéias sobre a organização social e administrativa que, já no século XVIII, com os princípios democráticos, silenciosamente se haviam derramado por toda a superfície do globo por escritos notáveis, como os de Rousseau, Price, Thomaz Payne, Baccaria, Filangieri, os portugueses, atribuindo a decadência do Estado à sua organização política, à influência do Governo britânico, à cessação do sistema colonial e residência do soberano no Rio de Janeiro, soltaram o primeiro grito de reforma na cidade do Porto, a 24 de agosto de 1820 [...] (VIEIRA DA SILVA, 1972, p.29-30).

Assim, é preciso sublinhar, antes de tudo, que Vieira da Silva, no momento em que escreve seu livro, era um homem completamente ciente das lutas políticas do seu tempo e das profundas diferenças que distanciavam o painel histórico da Europa daquele observado no Brasil. Há mesmo quem ache, em Vieira da Silva, laivos de republicanismo, o que não é de todo improcedente, visto que entrou na política no momento em que esta tendência começava a tomar corpo na cena política brasileira, ou seja, em meados da década de 1860, e que se formara, como vimos, em meio ao burburinho republicano e socialista de 1848. A expressão “escritos notáveis” da transcrição acima, também conta a favor da idéia.

Em 1862, o Brasil vivia a chamada *era da conciliação*, que se iniciara em 1853 e que se caracterizou pela alternância pacífica no poder entre liberais e conservadores. Este período duraria formalmente até 1868, mas desde 1860 já se percebia tensões intra-oligárquicas provocadas pelas mudanças econômicas advindas com a expansão cafeeira e a extinção do tráfico negreiro em 1850. Depois de 1868, as soluções políticas tenderam à radicalização, e o republicanismo ganhou uma importante visibilidade entre os homens de poder.

Pensando em termos de idéias políticas, a obra de Vieira da Silva pode ser enquadrada no movimento de revisão da importância do legado português para a nação brasileira que se iniciou na década de 1860 com a reorganização do Partido Liberal. Tal revisão aparecia no sentido de opor-se à “versão saquarema” de nossa nacionalidade (elaborada principalmente por Varnhagen, historiador que encarnou exemplarmente os propósitos político-historiográficos do IHGB), segundo a qual o legado português, dentro de critérios civilizacionais, fora positivo, devendo assim ser preservado. Para a “versão liberal” de então, o legado português deveria ter, pelo contrário, um sinal negativo, na medida em que teria conservado o que os liberais consideravam “males de origem”, como a *centralização política* e a *escravidão*. Noutra frente, os liberais procuravam enfatizar os processos de ruptura conflituosa que historicamente teriam marcado a divergência de interesses entre Brasil e Portugal (COSTA, 2005, p. 56-64). No entanto, Wilma Peres Costa, por quem nos orientamos neste parágrafo, não estabelece uma ligação direta entre essa revisão liberal e o livro de Vieira da Silva, deixando apenas entender que teriam coincidido temporalmente.

O livro de Vieira da Silva, na medida em que se propôs a narrar as lutas que se deram na província do Maranhão em torno de sua adesão ao Império brasileiro, e desta feita, as contendas entre brasileiros e portugueses, colocava-se, conscientemente ou não, de um ponto de vista macroscópico, de acordo com essa revisão que partia das lides políticas dos liberais. No detalhe, entretanto, veremos que o Visconde evitou emitir em sua narrativa qualquer arrazoado de caráter político ou ideológico de maior alcance, conservando-se numa posição moderada, o que não quer dizer, todavia, que seu livro esteja completamente desprovido de apreciações que o seu tino de homem público lhe sugeria. Em tudo, ressalte-se a discrição e o tom ameno que caracteriza quase toda a narração, com exceção de algumas passagens em que o autor inclina sua pena no

sentido de construir uma imagem favorável dos “independentes” (termo usado por Vieira da Silva, e por eles próprios, para nomear os adeptos da Independência).

Por mais que se colocasse num movimento de ruptura, questionando a “versão saquarema” de nossa nacionalidade, qual seja, a de um país construído pela continuação do legado português, há no livro de Vieira da Silva uma tentativa de se mostrar imparcial quanto à disputa desse passado. E a maneira encontrada de se mostrar imparcial foi adotar apreciações positivas e negativas indistintamente, fossem brasileiros ou portugueses, usando como critério para tanto a capacidade das lideranças (naquele momento de ruptura representado pela Independência) em preservarem a tranqüilidade pública e a ordem social, o que condizia bem com sua situação de homem público que se destinava a vãos maiores.

Assim, o pensamento político expresso no livro de Vieira da Silva reflete o período de transição marcado pela década de 1860, ou seja, entre o respeito ao legado português na figura, por exemplo, de seus valorosos homens (como o Marechal Silveira, o Major Fidié e o Capitão Francisco de Paula Ribeiro) e a abertura a uma experiência nacional autêntica (com laivos de republicanismo), representada no livro em questão por Salvador Cardoso de Oliveira, que deixa mulher e filhos para se unir à sorte da causa brasileira. Pode-se mencionar também, no sentido dessa “defesa das coisas da terra”, a referência de Vieira da Silva aos homens de, nas suas palavras, “doutrinas mais sãs”, “idéias mais generosas”, como os bacharéis Joaquim Vieira da Silva e Sousa (pai de Vieira da Silva), José Mariano Ferreira, Francisco Correa Leal, Leocádio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza e João Bráulio Muniz, que se colocaram desde logo favoráveis à proclamação da Independência na Província.

Quando a notícia da Revolução do Porto chegou ao Maranhão, em abril de 1821, este era governado pelo Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, português que chegara ao Brasil em março de 1816 para combater na região do Prata e que tomara posse à frente do governo do Maranhão em 24 de agosto de 1819. Vieira da Silva, antes de qualquer narração que o justificasse, lhe elogia nos seguintes termos:

Esse Capitão-General distinguia-se pela sua ilustração e tino prudencial e se em uma época de comoções empregou a severidade, parecendo talvez apaixonado, parcial e caprichoso, deve-se atender às suas intenções e à responsabilidade que pesava sobre os seus ombros numa hora difícil e longe, como se achava, do Governo central (VIEIRA DA SILVA, 1972, p.31).

Tomando a frente das mudanças políticas, o Marechal Silveira logo se declarou liberal e tratou de jurar a sua adesão ao sistema constitucional português, conservando-se no poder através de arranjos políticos formais que tratou de tecer entre os seus. Alguns homens influentes, que viam naquele momento a oportunidade de se alçarem ao poder, trataram de criticar as manobras do Marechal Silveira, articulando-se então uma oposição ao seu auto-proclamado Governo Provisório, que, segundo Silveira, estaria a esperar as ordens mais autorizadas das Cortes Constituintes de Lisboa. A preocupação maior de Vieira da Silva parece ser com a *ordem pública*, independente de a mesma emanar dos portugueses ou dos brasileiros. Comentando a oposição que se fizera a Silveira, ele diz: “*Alguns cidadãos mal intencionados, misteriosamente animados por outros de maior consideração, maquinaram abalar a ordem estabelecida, logo depois da eleição do Governo Provisório*” (VIEIRA DA SILVA, 1972, p.39; grifo nosso).

Numa das poucas vezes em que se deixa expandir um pouco mais, Vieira da Silva fala do “idílio da vida civil” que teria sido despertado com o grito de Independência de D. Pedro I, deixando ver sua simpatia à causa emancipacionista. Diz ele:

A Junta Provisória do Maranhão foi a que mais de distinguiu pelo aferro ao juramento prestado à Constituição portuguesa. Mas, a despeito da influência própria do poder, não pôde evitar que na capital, nas vilas, em todos os povoados do interior, um rumor incerto, uma idéia vaga de *liberdade* e de *regeneração* percorresse todos os círculos, agitasse todas as classes. Nos salões do rico, na choupana humilde do rústico, proclamava-se a necessidade de adotar-se o novo sistema proclamado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e o ideal, o idílio da vida civil se apresentava a todos os espíritos brotando esperanças de um grande futuro (VIEIRA DA SILVA, 1972, p.66; grifos nossos).

Um conjunto de bacharéis, os citados acima, entre eles o próprio pai de Vieira da Silva, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, trabalharam por fazer ver, de pronto, a conveniência em se proclamar logo a Independência na Província, para que ela não se reduzisse, diziam, à condição das possessões portuguesas na Ásia, com o que, nos diz o Visconde, só alcançaram tornarem-se suspeitos do Governo e do partido português (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 72). A inclinação pró-independentes, e pró-brasileiros (também advinda da influência paterna), parece, algumas vezes, ser predominante no livro, sobretudo quando estes dão exemplos de respeitarem a ordem e a tranqüilidade públicas.

Após a batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823, perto de Campo Maior, e segundo Vieira da Silva a mais notável que se dera nas Províncias do Piauí e Maranhão por ocasião da Independência, os soldados “independentes”, vendo a vila de Campo Maior desolada, teriam se lançado a toda sorte de tropelias. Mesmo assim, Vieira da Silva não perde a chance de dizer algo favorável às forças independentes e aos brasileiros:

A soldadesca desenfreada, perdida completamente a disciplina, esquecida a obediência aos superiores, cometia toda casta de excessos. Foi preciso chamar aquela tropa a sentimentos mais humanos e generosos e às idéias de ordem e disciplina, empresa esta que, parecendo, à primeira vista, difícil, foi, entretanto, fácil. Isso se conseguiu de homens que, conquanto rudes, eram devotados à causa da pátria e cuja índole, naturalmente propensa para o bem, é um dos mais belos apanágios dos brasileiros em geral (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 93).

Na atuação de Salvador Cardoso de Oliveira, citado um pouco acima como sinônimo de experiência nacional autêntica, Vieira da Silva parece construir a figura do brasileiro destemido, de poucos recursos, que se lança de corpo e alma na defesa de uma idéia, no caso, a nação brasileira, e que, acima de tudo, é justo em suas ações, conservando-se magnânimo e digno para com o inimigo vencido. Diz ele sobre Salvador:

Nasceu Salvador Cardoso de Oliveira na vila da Barra do Rio Grande, afluente do São Francisco, Província da Bahia, e descendia de uma família grada daqueles sertões. Dedicando-se ao comércio, estabeleceu a sua residência em Caxias. Parece que a fortuna não lhe foi propícia, pelo que mudou-se para Cachoeira Grande, onde encontrou na família de Gaioso a precisa proteção para continuar a negociar em gados (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 88-89).

Numa de suas viagens de negócios a Caxias, Salvador ficara sabendo dos acontecimentos políticos no Sul do Brasil e da proclamação da Independência na vila de São João do Parnaíba, e recebendo cartas de um seu irmão, que morava em Campo Maior, convidando-o a seguir para lá com o maior número de pessoas que pudesse reunir, não se fez esperar:

Esquecendo-se da mulher e dos filhos, Salvador, com o dinheiro que tinha levado para o seu negócio, comprou algum armamento e munições e pôde conseguir fazer-se acompanhar de 8 ou 10 homens resolutos como ele. Desceu o rio Itapecuru e, chegando à vila de Itapecuru-Mirim, foi hospedar-se na casa de seu irmão Tomás Cardoso de Oliveira, ali estabelecido com negócio, e apenas se demorou um dia, continuando por terra a sua marcha com mais 14

homens que conseguiu agregar até à margem do Parnaíba, onde, iludindo a vigilância das tropas portuguesas, que tinham ordem de impedir toda a comunicação com a margem direita, passou-se para a Província vizinha (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 89).

O livro de Vieira da Silva aborda, por assim dizer, três momentos vividos no Maranhão, de conflitos ou disputas internas pelo poder. Um primeiro momento com a chegada da notícia da Revolução do Porto em São Luís, em abril de 1821, um segundo momento que foi o propriamente vivido em torno da emancipação política, de finais de 1822 até meados de 1823, que se caracterizou, sobretudo nos sertões do Maranhão, Piauí e Ceará, pela luta armada, e um terceiro momento, pós-Independência, de disputa local pelos postos político-administrativos reorganizados por conta da emancipação.

No seu *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão*, de 1818, Raimundo Gaioso dividia a elite maranhense em duas facções: “nacionais” e “filhos do reino” (GALVES, 2006, p. 6). Deste modo, tem-se apontado Gaioso como um dos principais responsáveis por ter inaugurado a tendência na historiografia maranhense em ver a sociedade local da época dividida entre interesses brasileiros e portugueses. Vieira da Silva, no seu livro sobre a Independência no Maranhão, teria sido influenciado por essa matriz, assim como Mário Meireles, tema de nosso próximo capítulo.

Seja como for, o fato é que Vieira da Silva realmente se utiliza dessa oposição de interesses como fundamento narrativo do seu livro, no que parece se apoiar na farta documentação que vem presente no corpo mesmo do texto e com a qual dialoga, sem já falar nos 15 documentos que fez publicar em anexo na edição originária de 1862⁷.

Quando a Independência é proclamada em Itapecuru-Mirim, 10 dias antes da adesão em São Luís, o Governo que ali se instalou, representando as autoridades civis e militares, fez expedir um ofício que não deixa dúvidas quanto à cisão de interesses que naquele momento já se reivindicava. Datado de 23 de julho de 1823, o ofício é reproduzido na íntegra no livro de Vieira da Silva. A passagem do mesmo que transcreveremos abaixo define de maneira clara o tipo de reivindicações colocadas pelos independentes. Questionando o valor para os brasileiros da recém-implantada monarquia constitucional portuguesa, diz o ofício:

⁷ Na 2ª edição, de 1972, o organizador e anotador da mesma, Raimundo Nonato Cardoso, acrescenta mais 84 peças documentais, chegando a um total de 99, que se encontram ao final do livro na seção intitulada “Documentos Apensos à História da Independência do Maranhão”.

Agora, perguntamos a V. Exas.[as autoridades portuguesas]: que interesses e que vantagens perceberão os brasileiros, provenientes da grandiosa obra da Regeneração Política da Monarquia Brasileira? Escandalosas injustiças, prisões violentas, arbitrárias, uma ainda mais baralhada, insuportável e intrigada chicana judicial forense, uma aparente liberdade de imprensa, a preterição odiosa dos brasileiros em todos os cargos ponderosos, a improvidência para os nossos queixumes, uma solene infração do pacto social com que nos pretenderam iludir – eis o que lhes tocou na partilha das vantagens com tanta franqueza apregoadas. Talvez nos digam os constitucionais europeus que iguais desfrutaram [desfrutarão] os brasileiros abraçando o sistema do Rio de Janeiro, mas então respondemos *que é melhor tentar um mal contingente do que continuar a sofrer um já experimentado*: e, para irmos coerentes, as armas responderão por nós aos argumentos dos antiindependentes (*apud* VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 139; grifo nosso).

Em 1º de agosto de 1823, quando a Delegação Expedicionária (composta além dos maranhenses, das forças vindas do Piauí e Ceará) entra em Caxias, a sua proclamação segue no mesmo sentido de opor os interesses de Brasil e Portugal. Diz o documento:

A glória do Brasil, é certo, dá de rosto à glória de Portugal, por que este não pode conservar o antigo esplendor sem que o Brasil se exaura para o sustentar na indolência e no luxo. Maranhenses! Alerta! Reconhecei os vossos inimigos, vede que se confiardes nas suas promessas trabalhareis para a sua glória e pompa, como o fogoso ginete que se doma e arreia, ora para os horrores da guerra, ora para arrastar dourados coches (*apud* VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 153).

Em vista de documentos desse teor, não é estranho que a análise de Vieira da Silva usasse como estratégia narrativa a oposição entre os interesses brasileiros e portugueses. Para a fase pós-Independência no Maranhão, o autor vê uma luta de brasileiros contra brasileiros, que teria sido desencadeada pela ambição do poder e das vantagens inerentes a ele. Porém, é preciso relativizar o “*critério estanque do nascimento para a compreensão do debate político no Maranhão pós-Independência*” (GALVES, 2006, p. 3-4).

O que os estudos recentes parecem sugerir é que não havia, naquele momento, uma identidade étnica, cultural ou política em torno dos interesses brasileiros, capaz, por exemplo, de estabelecer uma base de reivindicações comum com a qual todos estivessem de acordo, quando não fosse pelo motivo apontado, pelo inarredável fato da dimensão continental do país. E isto mesmo em se tratando de províncias, isoladamente. O que se via era o surgimento de diferentes projetos políticos, que enquanto

aguardavam o melhor momento de se lançarem com perspectiva de sucesso, iam se conformando bem ou mal à grande divisão que capitaneava as energias da época, isto é, a divisão entre “independentes” e “antiindependentes” (entre aqueles que aderiam ao sistema proclamado no Rio de Janeiro por D. Pedro e os que não aderiam, permanecendo fiéis aos destinos da monarquia portuguesa).

A luta entre independentes e não-independentes assumiu, sobretudo, a forma de uma luta entre brasileiros e portugueses, embora a definição do que fosse “ser brasileiro” ou “ser português” não estivesse bem estabelecida. Ser português, na São Luís de 1831, podia significar “*ser um ‘branco’ conservador (chamado marinheiro ou cabano, no Maranhão), que ainda ostentava toda a arrogância dos antigos colonizadores, e não necessariamente uma pessoa nascida na Metrópole*” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 357; aspas e grifos do autor).

No Maranhão pós-independência, a perseguição contra os “portugueses” foi, em alguns momentos, de fato, efetiva, sobretudo no que diz respeito aos espólios provenientes das batalhas, o que não constitui fato estranho em se tratando de guerra declarada. O confisco aos “portugueses” que se mantiveram fiéis à Coroa, por mais que as autoridades nacionalistas procurassem lhe dar ares de formalidade (ver *Documentos Apensos nº 57 apud VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 126*), foi muita das vezes, arbitrário e feito entre as tropelias de um exército patriota improvisado e indisciplinado. A ele se misturavam as turbas de “homens do comum” que, motivados por ressentimentos pessoais, viam naquele burburinho uma boa oportunidade tanto de extravasar seus ódios contra os “senhores despóticos” quanto de amealhar algum trocado com os saques e pilhagens.

Afora esses momentos pontuais de desordem, os comandantes das forças independentes procuravam tranquilizar a população, afirmando a disposição que tinham em assegurar os direitos individuais e de propriedade (e efetivamente tomaram medidas nesse sentido). Assim, poucas vezes a repressão aberta aos “portugueses” partiu das autoridades constituídas – como exceção tem-se o caso do presidente da 1ª Junta Provisória do Maranhão independente, Miguel Bruce⁸, que em abril de 1824 publica dois decretos expulsando de São Luís os *européus* solteiros.

⁸ Acusado em várias representações da época de querer adotar o sistema republicano no Maranhão e de dar ao povo uma “liberdade ilegítima”, o advogado provisionado Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, é talvez a figura mais controversa dos anos de 1823 e 1824. Nesses

Os valores da boa sociedade, o caráter conservador de nossa emancipação ou, em outras palavras, o consenso intra-oligárquico, no final das contas, acabava por se fazer mais forte, freando os impulsos revolucionários de quem estava no poder. Este consenso fora tecido entre brasileiros e europeus abastados, indistintamente, o que desloca a análise para a consideração das classes sociais, ou seja, de quem detinha os meios de produção material e reprodução simbólica (e inversamente) daquela sociedade, não havendo entre brasileiros ricos e pobres qualquer coisa que se assemelhe a uma “solidariedade nacional”. O país que nascia conservou grande parte da estrutura econômica e político-administrativa da antiga colônia, e nos anos posteriores à Independência tem-se uma volta dos portugueses aos cargos que lhes tinham sido retirados por conta da emancipação, e, de modo geral, uma ascensão do “partido português” que apenas se ameniza com a Abdicação de D. Pedro I em 1831.

Nos decretos do presidente Bruce citados acima não se lê a palavra “português” e sim “europeu”, o que dá margem a uma interpretação diferente do que estava ali posto. Aponta para a própria indefinição do que era “ser português” ou “ser brasileiro” na época. Talvez o “europeu” dos decretos de Bruce quisesse significar os portugueses nascidos e formados na Europa, aportados há pouco tempo em terras brasileiras, que de fato, ligados à sua nação de origem por laços mais fortes, representavam maior perigo à recém-conquistada independência. Talvez o decreto não use o termo “português” porque este iria compreender indistintamente a todo português ou filho de português crescidos no Brasil, o que não representaria tanto perigo por já terem parte dos seus interesses ligados à terra. Mesmo com tais precauções, a “boa sociedade” teria se impressionado vivamente com os decretos, fazendo com que a Junta os tornasse sem efeito logo nos dias seguintes.

Na narrativa de Vieira da Silva, o que se segue à proclamação da Independência no Maranhão, é a disputa pelos postos de poder local entre as famílias da elite, o que só viria a ter uma trégua em finais de 1824, quando o 1º presidente da província do Maranhão independente, Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, foi mandado preso

anos, em que esteve à frente do Governo Civil do Maranhão, primeiro como presidente da Junta Provisória independente e depois como 1º presidente da Província do Maranhão independente, Bruce teria sido um dos responsáveis por colocar a província em estado de ebulição social, o que só viria a amenizar com a volta de Cochrane ao Maranhão em fins de 1824. Mandado preso para o Rio de Janeiro, Miguel Bruce seria absolvido das acusações de republicanismo ainda em 1825.

para o Rio de Janeiro pelo mercenário inglês, Primeiro Almirante da Armada Imperial, Thomas Cochrane, a serviço de D. Pedro I. Acusado de manter contato com os republicanos da Confederação do Equador (1824), e de levar o Maranhão à anarquia social, *ao permitir ao povo uma liberdade ilegítima*, a política de Miguel Bruce parece ter representado um daqueles “diferentes projetos” que se amoldaram bem ou mal à divisão genérica entre independentes e antiindependentes, esperando o melhor momento de vingar, o que acabou não acontecendo. O mesmo Bruce que em 8 de agosto de 1823, à frente da Junta Provisória do Governo Civil, no Maranhão independente, assina um proclamação tecendo todo tipo de elogios a D. Pedro I e à sua “alta sabedoria” e que diz mais à frente, na mesma proclamação, que expirou de uma vez o resto de antipatia que havia entre brasileiros e portugueses, é o mesmo Bruce que logo depois será acusado de republicano e que decretará a expulsão dos “europeus” solteiros através dos famosos bandos de 1º e 2 de abril de 1824. Bruce, como aponta Matthias Röhrig de Assunção, parece ter rompido o consenso intra-oligárquico que consistia em não envolver as classes populares nos assuntos políticos (ASSUNÇÃO, 2005, p. 352).

1.4 O livro de Vieira da Silva ante o programa histórico do IHGB

O livro de Vieira da Silva sobre a Independência no Maranhão, segundo nos conta Henriques Leal no seu prefácio, seria apenas, segundo o próprio Visconde teria lhe confidenciado, uma modesta crônica que ele se apressava em publicar mais pelo receio de se perderem tantos documentos importantes do que propriamente obra com pretensões maiores. Até que ponto pode-se acreditar na modéstia do Visconde de Vieira da Silva, e duvidando-se dela, qual era o real significado que ele atribuía ao seu livro?

Antes de analisarmos em que medida o seu livro fez jus à “enunciação historiográfica” própria do IHGB e, de modo geral, da cultura histórica do séc. XIX como um todo, comentemos as críticas que a obra de Vieira da Silva mereceu em sua primeira edição de 1862.

É preciso dizer, desde logo, que numa obra historiográfica, seguindo as indicações de Michel de Certeau ventiladas no começo deste capítulo, os “defeitos” ou os “êxitos” que possa ter, deveriam ser considerados como a menor ou maior capacidade, respectivamente, de pôr-se de acordo com as regras de fabricação

específicas de um grupo ou instituição, e não como uma suposta adequação à “verdade” dos fatos, pois quanto a isto ninguém pode estar autorizado a dar a última palavra. Diz Certeau:

Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o *produto* de um *lugar* (CERTEAU, 2007, p. 73; os grifos e as aspas são do autor).

Em 1862, a Apresentação do livro de Vieira da Silva foi confiada ao médico e também estudioso das letras maranhenses, Antonio Henriques Leal, sócio correspondente do IHGB e que através do seu livro *O Pantheon Maranhense* (1873-75), tornou-se uma importante figura na construção imaginária do Maranhão como Atenas Brasileira⁹. Logo na abertura de sua apresentação, percebe-se o estilo rebuscado e pomposo do seu texto, recheado de um conteúdo filosófico-generalizante: estilo esse que marcou muitos homens de letras no Maranhão. Não será demasiada a transcrição dessas linhas iniciais da referida apresentação para que se tenha uma melhor idéia da crítica que o autor fará ao livro de Vieira da Silva. Diz Henriques Leal:

As nações passam, como o indivíduo, por transformações periódicas de força, de desenvolvimento, e, por derradeiro, de aniquilamento. Ao verbo balbuciante da infância, seguem-se-lhes o ardor e as paixões vivas da juventude, depois a razão calma e refletida e os esplêndidos labores da virilidade para caírem, um dia, na velhice estéril e caduca, caminho do seu completo desaparecimento (LEAL, 1972, p. 21).

Reiterando o que se disse acima, vê-se que o autor era um *beletrista*, amante dos recursos estilísticos, não sendo estranho que sua principal crítica à obra do Visconde recaia justamente no fato de este não ter produzido uma “obra de estilo”. Outra crítica que aparece na apresentação diz respeito ao fato do livro tratar de acontecimentos, no dizer de Henriques Leal, *contemporâneos* (40 anos se passavam desde a Independência), o que, segundo o ilustrado médico, deixa geralmente ao historiador que se lança a tal, apenas duas opções: ou tornar-se partidário e apaixonado, ou ser omissos

⁹ Em meados do séc. XVIII, mais especificamente a partir implantação da Companhia de Comércio pelo Marquês de Pombal em 1756, o Maranhão vive um clima de euforia econômica proporcionado pela lavoura do algodão e do arroz, que duraria, com altos e baixos, até os inícios do séc. XIX. Muitos dos filhos desses proprietários escravocratas enriquecidos foram estudar na Europa e de volta à província trouxeram muito dos hábitos culturais do velho continente. A designação “Atenas Brasileira” surge de meados para fins do séc. XIX em referência a um grupo destacado desses letrados que em nível nacional ficaria conhecido como o Grupo Maranhense, dos quais se destacam Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa.

nos seus juízos e apreciações. Vieira da Silva teria se inclinado para a segunda opção, ainda mais, pondera Henriques Leal, porque estando envolvidos nas lutas de que trata o livro tantos parentes e amigos do Visconde, as “conveniências sociais” teriam lhe embargado os “impulsos de historiador”, o que, entretanto, conclui, fora compensado pela farta transcrição de documentos que atravessa toda a obra.

E quanto a este último aspecto, Henriques Leal tece as melhores críticas, dizendo ser a *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)* “o fruto da mais aturada e rigorosa indagação de documentos originais, na Secretaria da Província; de longas confrontações de escritos apaixonados e contraditórios; da crítica de diversas narrações de contemporâneos dos fatos” (LEAL apud VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 27). Outro ponto em que considera a obra de Vieira da Silva importante é quanto ao fato da mesma representar uma história provincial da Independência, pois, para ele, a escrita de uma História Geral da Independência deveria ser precedida desses relatos provenientes das províncias, a fim de se oferecer subsídios para a feitura daquela história geral.

Deste modo, o que parece mesmo incomodar Henriques Leal é o fato de o livro não se constituir em “obra de estilo”, dizendo ser isso justificável pelos urgentes trabalhos que seu correligionário possuía exercendo as funções de deputado. Assim, teria lhe faltado o repouso e o lazer capazes de enriquecer a parte descritiva da obra, o que contribuiria para dar colorido aos fatos e proporcionaria um maior envolvimento por parte do leitor.

Ao encerrar sua apresentação, o autor d’*O Panteon Maranhense* pede sutilmente a Vieira da Silva que numa segunda edição, acaso se encontre mais desafogado das funções públicas, ele “expurgue” do livro os erros apontados, que para tanto ele possuía “predicados suficientes”.

As críticas de Henriques Leal pareciam fazer eco ao programa histórico do IHGB de 1838-39, seja quando diz que uma história geral da Independência (que ele chama de “revolução”) deverá ser precedida de histórias provinciais sobre a mesma, seja quando sugere que só assim se poderão determinar bem suas fases (no que lembra a “história filosófica”), seja ainda quando pede a Vieira da Silva que escreva a história com mais “estilo”, entendemos nós, com melhor senso estético e porque não dizer, literário. Quanto à questão de se escrever uma história de um ponto de vista de

valorização do nacional, não se encontra nada no prefácio do autor, somente o costumeiro pedido de uma “descrição verdadeira e fiel de todos os acidentes históricos”.

A fim de se avaliar melhor o quanto o livro de Vieira da Silva é tributário do discurso historiográfico do IHGB, precisamos conhecer as propostas teórico-metodológicas presentes na fundação do Instituto, que nortearão, de modo quase inalterável, como vimos acima, seu funcionamento durante longas e longas décadas. Assim, nas linhas que seguem, a nossa principal fonte para compreender o programa historiográfico inicial do IHGB será o texto “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”, de Manoel Luiz Salgado Guimarães (2007, p. 95-122). O autor faz aí uma análise de três textos elaborados nos momentos iniciais do IHGB, que podem ser considerados como o seu programa historiográfico originário, a partir do qual o projeto de uma escrita da história do Brasil será renovadamente discutido.

Em seu primeiro número, de 1839, no ano posterior à fundação do Instituto, a *Revista do IHGB* publicou o discurso do então eleito primeiro secretário perpétuo da instituição, cônego Januário da Cunha Barbosa, o mesmo sócio da SAIN que propusera em 1838, juntamente com o marechal Cunha Matos, a criação do Instituto. Intitulado “Discurso no ato de estatuir-se o IHGB”, o texto refletia um estágio específico das questões historiográficas e políticas da época. Em linhas gerais, o discurso enfeixava uma concepção de escrita da história muito presente entre as classes ilustradas (que eram também, naquele momento, política e economicamente dominantes) nos *oitocentos*, mas que fora amplamente elaborada e praticada nos séculos anteriores. Era importante dedicar-se à escrita da história porque ela, entre outras coisas, representava “*uma elegia à glória dos seus governantes através da narrativa dos feitos grandiosos, assim como uma fonte de ensinamentos para o bom exercício do governo*” (GUIMARÃES, 2007, p. 103).

Nascido no seio de uma instituição ligada aos setores produtivos do país (naquele momento, sobretudo, a agricultura), concebido por homens com espírito conservador e centralista (oriundos da tendência *regressista* de 1837), que viam na monarquia constitucional o meio termo para os excessos dos modelos políticos em disputa desde finais do séc. XVIII (absolutismo x republicanismo), o IHGB, ao lado de objetivos “desinteressados” se caracterizou, de maneira importante, pelo sentido de intervenção sócio-política de que procurou dotar seus estudos.

Ao lado de objetivos desinteressados como o de recolher documentos nas províncias do país para que viessem aperfeiçoar os conhecimentos geográficos e históricos da nação, o Instituto preocupava-se em grande medida com a formação de nossos quadros político-administrativos. Arno Wehling (diga-se de passagem: atual presidente do IHGB), compulsando os documentos sobre a fundação do Instituto, pôde elencar os seguintes fins político-administrativos que ali se encontravam:

[...] o “esclarecimento” da sociedade, pelo desenvolvimento da “cultura literária”, levando a um aprimoramento das relações sociais; o aperfeiçoamento da administração pública, com a formação de melhores quadros funcionais; e o exercício mais aperfeiçoado de cargos eletivos (WEHLING, 1994, p. 156; aspas do autor).

Em 1847, a comissão do IHGB encarregada de avaliar as propostas enviadas ao Instituto em torno do tema: “Modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil”, preteriu o texto de Henrique Julio Wallenstein alegando que o autor fora muito, por assim dizer, “mecânico”, ou ainda, “cronológico” na distribuição das matérias históricas, quando o que pretendia o Instituto era uma “história do gênero filosófico”. O texto de Wallenstein diz que a escrita da história do Brasil deveria seguir, ao modo de Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto, “*o sistema das décadas, narrando-se os fatos acontecidos dentro de períodos certos*” (apud GUIMARÃES, 2007, p. 100). O que seria, então, essa “história filosófica” que parecia agradar tanto aos membros do IHGB? Manoel Salgado Guimarães define bem o que queria se dizer por tal:

De acordo com tal concepção, recorrente em inúmeros textos que têm como proposta a definição de formas para a escrita da história nacional, quer a natureza, quer a história poderiam ser objeto de uma filosofia, vale dizer, de um conhecimento sistemático, ordenado, capaz de desvendar por trás da dispersão dos fenômenos observados a unidade de um sistema e sua racionalidade (GUIMARÃES, 2007, p. 106).

A mesma proposta de uma “história filosófica” já estava presente nos “textos de fundação” do IHGB. Acontece, que ao lado dessa história capaz de operar racionalmente diferenciando as fases de uma trajetória cujo sentido se pode conhecer, estava também, no texto do cônego Januário, um apelo à “imaginação histórica”, no sentido de trazer à vida, pela narração *estetizante* do passado (com suas “cores locais”), a existência de indivíduos e lances históricos que já se foram. Projetos paradoxais, que segundo Manoel Salgado Guimarães refletiam, naquele momento, as tensões e disputas em torno de uma escrita da história do Brasil (GUIMARÃES, 2007, p. 108).

O cônego, no discurso referido acima, de 1839, refletia ainda a respeito da grandiosidade das tarefas de um Instituto Histórico e Geográfico de caráter nacional:

Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil *pela coadjuvação de muitos brasileiros esclarecidos das províncias do Império*, que atraídos ao nosso Instituto pela *glória nacional*, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de *uma história geral e filosófica do Brasil* (*apud* GUIMARÃES, 2007, p. 105-106; grifos nossos).

Aí estão presentes três ordens de questões importantes para se discutir no livro de Vieira da Silva. Primeiro, a já comentada “história filosófica” que reaparece 8 anos depois no parecer da comissão do IHGB sobre como se deveria escrever a história do Brasil, revelando que esta noção (de “história do gênero filosófico”) já se tornara um mote historiográfico importante dentro das orientações do Instituto. Segundo, a perspectiva nacionalista e patriótica adotada pelo IHGB que serviria, como se depreende da citação acima, como “pedra de toque” dos esforços ali despendidos. E terceiro, o fato do IHGB contar com “brasileiros esclarecidos” no sentido de que produzindo relatos sobre as suas respectivas províncias viessem contribuir para a construção do corpo de uma “história geral e filosófica do Brasil”. Não nos esqueçamos da “história cronológica” proposta por Wallenstein, e dos fins sócio-políticos do IHGB de que fala Wehling, e teremos elementos suficientes para uma análise final do livro de Vieira da Silva.

Como já dissemos, a *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)* não é provida de apreciações político-ideológicas apaixonadas, lições morais edificantes ou coisas do tipo, e muito em função disto é que em diferentes épocas tenha sido criticada por sua forma “lacônica” e “descorada”, como disse Henriques Leal na sua apresentação de 1862.

Em 1907, o historiador piauiense Abdias Neves, no seu livro *Guerra do Fidié*, também criticou em Vieira da Silva a forma “passiva” como este teria narrado a luta dos maranhenses pela Independência, como se os mesmos não desejassem ser brasileiros (*apud* GALVES, 2008, p. 1-10).

Em 1972, o anotador da 2ª edição do livro de Vieira da Silva, Raimundo Nonato Cardoso, apesar de todos os elogios que são obrigatórios numa edição comemorativa, não pôde deixar de dizer que em certos pontos o historiador teria preferido “esbarrar na

superfície ou na simples narrativa dos fatos”, pois assim visava preservar sua condição de homem público ligado à Monarquia.

O que se pode dizer quanto a isso é que Vieira da Silva, por um motivo ou outro, teria preferido narrar a sua *História* ao modo “cronológico”, dentro de períodos certos, como sugerira Wallenstein para a escrita da história do Brasil. E nisso, Vieira da Silva não teria caminhado, necessariamente, na contramão do programa originário do IHGB, pois aquela “história filosófica” dizia respeito, sobretudo, à narração de uma *história geral* do Brasil. No caso em questão, trata-se de um acontecimento específico, a Independência, numa província específica, o Maranhão. É possível mesmo que houvesse preferência a que esses relatos sobre as províncias se escrevessem naquela forma cronológica do *sistema das décadas*, que fora proposta “equivocadamente” por Henrique Julio Wallenstein para a escrita da história do Brasil.

As crônicas das províncias assim recolhidas, por seu caráter de objetividade, serviriam melhor para uma interpretação de conjunto posterior, mais do que se elas viessem já atravessadas por uma “filosofia” ou “explicação” qualquer.

Não é incorreto supor que assim procedendo, Vieira da Silva, enquanto “brasileiro esclarecido” que certamente se achava, pensasse estar contribuindo para aumentar o estoque daquele “depósito comum” que viria constituir o ponto de partida para a construção de uma “história geral e filosófica do Brasil”. Com isso, estaria respondendo aos apelos dos seus “pares” de Instituto, contribuindo como homem público para o registro de acontecimentos políticos que serviriam às administrações posteriores (o que também estava no programa do IHGB), e habilitando-se por seu notório conhecimento e denodo a assumir cargos importantes.

Se entendermos por “história filosófica”, como visto acima, aquela que oferece um *sentido* e uma *finalidade* aos acontecimentos narrados, vale dizer, uma teleologia aos acontecimentos históricos, como se eles fossem conduzidos por um “gênio da história” rumo a um lugar pré-definido, dificilmente podemos enquadrar a obra de Vieira da Silva em tal gênero de história. No livro de Vieira da Silva, como já vimos, os capítulos são na verdade os anos e meses de que trata o livro (1822-1828), seguindo a narrativa, com poucos recuos, a seqüência cronológica dos capítulos, de modo que o caráter de crônica confessado a Antonio Henriques Leal parece realmente ter acompanhado Vieira da Silva na confecção de seu livro.

A ênfase na construção da nacionalidade brasileira que o IHGB procurou dar às suas atividades não representou um rechaço do legado português. Pelo contrário, vimos que o mais ativo e influente historiador dos seus quadros, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), enaltecia esse legado, atribuindo ao caráter civilizador da colonização portuguesa o fato de sentimentos nacionais já se fazerem presentes mesmo nas épocas mais recuadas. Assim, a nação brasileira surgia como obra civilizadora da monarquia portuguesa. Não à toa, Wilma Peres Costa caracteriza o projeto do IHGB como tarefa árdua e contraditória: “*forjar uma identidade para a emergente nação brasileira, elaborando a ruptura com o passado ibérico ao mesmo tempo que procedia à americanização da monarquia*” (COSTA, 2005, p. 57).

Tal atitude ambígua com relação ao legado português ainda se faz presente no livro de Vieira da Silva, ainda mais, como vimos, porque ele se localiza num momento de aguçamento das tensões sócio-políticas nascidas com a Independência, que se expressavam, segundo Florestan Fernandes, através de uma oposição entre os interesses do domínio senhorial, ligados à estrutura herdada da colônia, e os interesses da sociedade civil – aguçamento este que é fruto de uma tenacidade maior, por parte de alguns homens dessa mesma elite senhorial, em aplicar de forma conseqüente os princípios do liberalismo (FERNANDES, 1975, p. 39-40).

No que concerne à questão de uma escrita nacional para o Brasil, que viesse estimular o espírito de patriotismo através da narração dos feitos dos grandes homens, pode-se dizer que a fórmula encontrada por Vieira da Silva para superar a ambigüidade com relação ao legado português foi, como vimos, adotar a postura do homem público que se preocupa com a manutenção da ordem social, de modo que os líderes brasileiros e portugueses são elogiados e detratados, indistintamente, por sua capacidade em manter-se dentro da legalidade. Quando assim não é, o autor demonstra clara simpatia pela causa emancipacionista e procura construir uma imagem favorável dos brasileiros, sem deixar, no entanto, de ao final do livro, achar um jeito de chamar D. Pedro I de *magnânimo*.

2 A “ADESÃO DO MARANHÃO AO IMPÉRIO”: Mário Meireles, um caso de reminiscência historiográfica

Por sua ligação com a psicanálise, Michel de Certeau acaba por inserir nos seus mais diferentes estudos sobre a sociedade, a importante questão do *desejo*. No caso, não se trata do desejo tomado em sua expressão individual e única, mas o desejo articulado com a dimensão *política*, ou ainda, o desejo gerado em instituições coletivas.

Para a discussão a ser levantada neste capítulo, importa considerar que tal desejo pode, por exemplo, assumir tanto a forma de um desejo do passado, como também a forma de um desejo que demande o novo, abertura para algo que renove as percepções e aponte possibilidades de organização mais eficazes. Neste último caso, o que está em jogo é a tentativa, pessoal ou institucional, de furtar-se à esclerose da mera “defesa de um lugar”. Em ambos os casos (desejo do passado ou desejo do novo), trata-se igualmente de opções políticas, não no sentido partidário do termo, está visto, mas no sentido de percepção do mundo e dos diferentes projetos que podemos elaborar para ele.

No texto já citado no capítulo anterior, “A operação historiográfica”, Michel de Certeau afirma que o “estatuto de uma ciência” remete “*a uma situação social que é o seu não-dito*” (CERTEAU, 2007, p. 71; grifo do autor). Para o nosso caso, ciência pode ser entendida, também, como a formação intelectual de um autor através de sua inserção em diferentes instituições.

No capítulo anterior tentamos levantar alguns elementos desse “não-dito” inscritos no livro de Vieira da Silva sobre a Independência no Maranhão (que, a rigor, deveríamos dizer “Independência *do* Maranhão”, para ser fiel ao título do livro). Esperamos ter feito entender que à opção desejo do passado (que, na época, era um desejo de continuação do legado senhorial português) ou desejo do novo, Vieira da Silva se inclinara, embora com reservas, à abertura de uma experiência nacional autêntica voltada para a vida civil, enfatizando o movimento de ruptura, e que, quando assim não fosse, ao menos se mostrava simpático à causa emancipacionista e às idéias de *liberdade e regeneração política* que nos inícios da década de 1860 começavam a tomar a forma, no Brasil, de republicanismo.

Neste capítulo, propomo-nos analisar o livro de Mário Meireles a partir, também, desses “não-ditos” que o circundam e que são, como vimos, a situação social e institucional em que sua *História da Independência no Maranhão* foi concebida. Tal livro, publicado em 1972, é parte de uma experiência intelectual, que assumiu, em

Mário Meireles, várias facetas. Nossa análise também partirá da idéia, lançada no capítulo anterior, de que Mário Meireles segue no livro supracitado, em suas linhas principais, a “memória historiográfica” sobre a Independência no Maranhão que remete ao livro de Vieira da Silva. Assim, para voltar à discussão inicial, veremos que em Mário Meireles, está presente, de maneira muito marcada, um *desejo do passado* que tem forte relação com as visões de mundo dos lugares institucionais por onde transitou.

Dois desses lugares são particularmente atravessados por esse desejo do passado, quais sejam: a Academia Maranhense de Letras (AML) e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Mário Meireles entra para as duas instituições no ano de 1948, ano este em que se dá, por assim dizer, a consolidação de sua trajetória de intelectual voltado para as tradições da elite maranhense.

Tais instituições, fundadas nas primeiras décadas do séc. XX, a AML em 1908 e o IHGM em 1925, traziam em si o signo das contradições inerentes à sobrevivência de uma sociedade senhorial que se acostumara a “tutelar” as iniciativas da sociedade civil. No caso em tela, tal contradição se revelava entre o desejo dessas elites ilustradas de se colocarem como representantes do progresso e da civilização, repensados agora à luz republicana, e sua reverência a um passado glorioso representado pelo imaginário da Atenas Brasileira de meados do séc. XIX. Assim, o progresso era pensado nos termos de uma emulação com aquele suposto período de fastígio material e intelectual vivido pelo Maranhão nos anos do Império (SILVA, 2008, p. 33).

As iniciativas que culminaram com a criação das duas instituições citadas partiram de um grupo de intelectuais que no primeiro decênio do séc. XX se auto-intitularam de “Os Novos Atenienses”. Na passagem do séc. XIX para o XX, no Maranhão, outras instituições foram criadas ou reformadas com o mesmo objetivo: servirem como “lugares de memória”, isto é, “*espaços regionais legitimamente constituídos com o objetivo de afirmar ou construir identidades culturais elaboradas a partir da reafirmação das tradições e de determinados mitos locais*” (SILVA, 2008, p.33).

2.1 Mário Meireles e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)

O nosso interesse se voltará aqui para a inserção de Mário Meireles nesse “lugar de memória” constituído em torno da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Idealizado pelo bacharel em Direito e professor Antonio Lopes da Cunha, um dos integrantes do grupo “Os Novos Atenienses”, o IHGM foi fundado em finais de 1925 com os objetivos estatutários de estudar e difundir os conhecimentos de história, geografia, etnografia e arqueologia, sobretudo, os referentes ao Maranhão, como também o de ser um lugar de memória dos grandes feitos e vultos da sociedade maranhense (SILVA, 2008, p. 38).

Apesar das notórias semelhanças com sua congênere em nível nacional, o IHGB, fundado em 1838, percebe-se dois aspectos que os diferenciam. O primeiro diz respeito ao fato do IHGM, apesar de se dizer uma sociedade científica, ter nascido no bojo de um movimento intelectual constituído, sobretudo, por “homens de letras” (professores, jornalistas, historiógrafos, literatos), cuja preocupação principal estava na “revivescência intelectual” do Maranhão no âmbito das belas letras. O IHGB, como vimos, nascera de dentro da SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), idealizado por homens ligados ao *establishment* imperial, e nesse sentido tinha objetivos político-administrativos melhor definidos. O segundo aspecto diz respeito exatamente a este último ponto, pois enquanto o IHGM não se propôs explicitamente a nada que fizesse encarecer o Instituto aos olhos das instâncias governamentais, o IHGB colocou-se logo de início fins sócio-políticos muito claros, o que o ajudou a arrecadar fundos para o financiamento de suas atividades.

Com relação ao primeiro aspecto, diz Ana Ládía Conceição Silva a respeito do teor da Revista do IHGM: “*Em que pese toda carga representativa do valor da ciência, os estudos publicados pela Revista estavam inscritos num vasto programa que tinha como responsabilidade resgatar o passado maranhense e o culto às suas figuras e vultos mais ilustres* (SILVA, 2008, p. 41).

No que concerne ao segundo aspecto, é preciso dizer que os homens do IHGB que se propunham escrever a história e descrever a geografia do Brasil, os senhores das letras, eram também, em vários casos, os senhores da política de então, não sendo estranho que procurassem associar os seus estudos a fins que lhes garantissem uma melhor governabilidade.

Em 1925, com o IHGM, a ênfase era posta na demarcação de uma identidade local, no caso, a vocação intelectual do Maranhão sintetizada no “mito” da Atenas

Brasileira, muito embora, como afirma Wilma Peres Costa, esses Institutos Históricos estaduais que começaram a se formar a partir do período republicano, também aglutinassem as “elites estaduais de políticos e letrados” (COSTA, 2005, p. 66). De modo geral, pode-se dizer que tomando de empréstimo o modelo inaugurado no Brasil pelo IHGB em 1838, os institutos históricos estaduais, fundados geralmente, como vimos, nos anos que se seguiram à República, se constituíram em espaços oficiais ou semi-oficiais cuja tônica recaía na construção de identidades em sintonia com certas tradições locais cultuadas pelos grupos política ou economicamente dominantes.

No caso do IHGM, torna-se preciso considerar que ele próprio já era um fruto extemporâneo dos modos de se pensar historiograficamente a nação em meados da década de 1920, quando a visão oferecida por tais institutos começava a perder sua hegemonia. O motivo deste anacronismo deve ser buscado na falta de um dinamismo econômico-social sustentado capaz de desenvolver a sociedade maranhense de forma ampla, o que, de certo modo, relegava o Maranhão aos quadros mentais remanescentes do início da República, para não falarmos das afetações nobiliárquicas dos tempos do Império que subsistiam silenciosamente.

Diferentemente, no sul do país, a complexidade que iam ganhando as grandes cidades do Brasil reclamava, por assim dizer, a abertura de novos ideários sociais. A emergência da classe operária e as discussões em torno do socialismo e do fenômeno nacional como expressão sócio-econômica – tudo isto levou a se pensar a nação nos quadros de uma *nova ordem* que se descortinava, tornando-se preciso refletir sobre a mesma. Wilma Peres Costa, falando do pensamento sobre o Estado e a Nação que se inicia no Brasil em começos da década de 1930, nos diz:

A nação não estava mais no reconhecimento e cultivo das tradições, nem mesmo na possibilidade de construir sistemas políticos que expressassem alguma forma de soberania popular, mas na capacidade de encarar a modernidade da sociedade industrial e dela participar de forma soberana. [...] *No campo historiográfico, o processo de renovação dos ideários caracterizava-se também pela progressiva erosão do monopólio dos Institutos Históricos como locus de produção de interpretações da história pátria* (COSTA, 2005, p. 74; grifo nosso).

No Maranhão, esta é uma realidade que custará a se fazer presente, pois ainda em 1960, o já reconhecido intelectual, membro da AML e sócio efetivo do IHGM, Mário Meireles, faz publicar a sua *História do Maranhão* nos moldes de uma história

política tradicional, com toda a sua sucessão de nomes oficiais e de acontecimentos ligados a eles.

Já em 1906, com a publicação de sua obra *Capítulos de história colonial: 1500-1800*, Capistrano de Abreu dera uma importante inflexão nos rumos da historiografia nacional ao deslocar o ângulo de visão da América portuguesa, dos processos administrativos que emanavam da metrópole, para a percepção em torno da constituição silenciosa das “massas anônimas” nas diferentes partes do Brasil, o que se fazia muitas das vezes à revelia do controle metropolitano (COSTA, 2005, p. 65). Sobre isso, diz Wilma Costa: “*Essa estratégia de deslocamento das temáticas, da esfera da política administrativa para a esfera econômica e social, fez de Capistrano o verdadeiro precursor da história econômica entre nós*” (COSTA, 2005, p. 65). Tal deslocamento fez surgir a heterogeneidade característica da nacionalidade brasileira, formada a partir de diferentes identidades regionais. Nesse sentido é que Capistrano de Abreu teria contribuído para o fortalecimento das historiografias regionais, o que em muitos casos viria a se materializar na criação dos institutos históricos nos diferentes Estados brasileiros.

Ao menos no caso do IHGM, percebe-se que apesar do estatuto fazer referências aos estudos de etnografia, as influências de Capistrano de Abreu parecem ter ficado mesmo só no estímulo para a reflexão sobre as especificidades locais. A forma que esse estudo assumiu no Maranhão foi condicionada pela dinâmica sócio-simbólica construída por nossos homens de letras e que retomava, sob diferentes padrões, o discurso em torno da reconquista de um passado de fausto econômico e intelectual. Para isso, tornava-se mais ajustado uma história política conservadora, narrativa das façanhas dos grandes estadistas e letrados que contribuíram para civilizar uma terra de gentios, do que a “obra dos homens anônimos” de Capistrano de Abreu, relegados à “tutela” dos “cultos” homens de Estado.

Independente do caso do IHGM, parece certo o alvitre de Ana Ládía Conceição Silva quando escreve a respeito de outros institutos históricos estaduais:

Sem dúvida, eram falas regionais em busca de demarcação identitária que se expressavam por um viés emotivo, permeadas, necessariamente, por um sentimento saudosista em relação ao passado e pela expectativa entusiasta de uma redenção presente ou futura. Vê-se que a construção dessa tessitura identitária não prescindia do apego às tradições locais que se constituíam como elementos de coesão e consagração das elites e, por extensão, de sua “história regional” (SILVA, 2008, p. 45; aspas da autora).

Mário Meireles torna-se sócio efetivo do IHGM em 1948, no mesmo ano em que o Instituto saiu do ostracismo em que se encontrava desde 1926, data da publicação do primeiro número de sua Revista. Vinte e dois anos depois, em 1948, o Instituto publica o segundo número da Revista, importante canal de comunicação com a sociedade.

Nascido em São Luís em 08 de março 1915, Mário Meireles teve sua formação educacional orientada pelo desejo do pai em que ele seguisse a carreira diplomática. Porém, com o falecimento do mesmo em 1925, e devido ao impacto financeiro que a família sofreria com a perda, os seus estudos não puderam seguir tão desafogados quanto gostaria. O término de seu Curso Secundário, de 1928 a 1931, se deu no Instituto Viveiros, de propriedade do bacharel em Letras e em Direito, professor e historiador Jerônimo de Viveiros, que exerceria forte influência em Mário Meireles, sobretudo no gosto pela história.

Mário Meireles inicia o curso de Direito em São Luís em 1933, mas abandona-o um ano depois, devido à incompatibilidade de horários entre este e o emprego como funcionário público no Serviço do Imposto de Renda, para o qual fora admitido quase na mesma época. Seguiria então carreira no funcionalismo público federal, alimentando durante toda a vida seu gosto pelos estudos e pela escrita, sobretudo nas áreas da literatura e da história. A partir de 1939, com 24 anos, Mário Meireles também inicia formalmente sua carreira no magistério, outro setor importante de sua atividade intelectual.

2.2 Um historiador regional

No trabalho em que analisa a obra *História do Maranhão* (1960), de Mário Meireles, Ana Ládía Conceição Silva diz sobre o referido autor: “*Não se furtando aos cânones de sua geração, perfez-se como um intelectual tradicional e regionalista, cujas reflexões eram fortemente apoiadas em critérios e representações que exprimiam uma visão mitificada e romântica da história*” (SILVA, 2008, p. 48). Dificilmente alguém pode desmentir a impressão geral sobre Mário Meireles que emana das palavras da autora; o que se pode fazer, no caso, é entender o significado histórico da expressão

“intelectual tradicional e regionalista” e o sentido que as palavras “mitificada” e “romântica” podem ter na construção de narrativas históricas, e mais especificamente, para o nosso trabalho, o sentido e a validade que tal apreciação tem para a análise do livro de Mário Meireles ora em tela, a *História da Independência no Maranhão*. Este livro, publicado em 1972 teria, como pensamos, se colocado na mesma linha historiográfica do livro de Vieira da Silva sobre o mesmo assunto publicado em 1862.

Por aí, já se pode descortinar o sentido daquele tradicionalismo. Mas não é apenas por seguir autores antigos que um intelectual se torna tradicionalista; para tanto, é preciso que o seu desejo de preservar seja maior que o seu desejo de inovar, e talvez seja por isso que a autora o chame de *tradicional*. Igualmente, se nos afigura que Mário Meireles é tanto um *intelectual regional*, quer dizer, um intelectual que reflete exemplarmente a dinâmica sócio-histórica de seu lugar de origem, quanto um *intelectual regionalista*, isto é, que se interessa e escreve principalmente sobre as coisas de sua terra.

Por outro lado, dizer que o livro de Mário Meireles se coloca na linha historiográfica de um livro lançado em 1862 é, de algum modo, filiá-lo às concepções de história do séc. XIX, o que não parece de todo absurdo tendo em vista a situação particular que caracterizava o Maranhão, ainda nos inícios da década de 1970, com relação à “prática histórica” mais profissional e especializada dos grandes centros do país.

Basta lembrar, por exemplo, que em 1968, o historiador Carlos Guilherme Mota organiza, em São Paulo, um livro sobre história do Brasil intitulado *Brasil em Perspectiva*, no qual, em sua Nota Introdutória, se coloca inteiramente em sintonia com as reflexões que Michel de Certeau fazia na mesma época, em França, sobre as mudanças na disciplina histórica. Diz Carlos Guilherme Mota:

As “grandes visões gerais” [em história] começam a ceder lugar aos estudos detalhados, às monografias, às pesquisas mais delimitadas. Começa-se a tomar consciência: cada setor do passado exige uma discussão de problemas e elaboração de conceitos próprios. Não só a documentação precisa ser adequada, mas também a *maneira* de tratá-la (MOTA, 1988, p.13; aspas e grifo do autor).

Sobre as mudanças na disciplina histórica, diz Certeau num estudo publicado originalmente em 1974:

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula *em torno* das

racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas (CERTEAU, 2007, p. 87; grifo e aspas do autor).

Na contramão deste exame crítico dos limites do conhecimento histórico, Ana Ládía Conceição Silva nos diz que a própria trajetória intelectual autodidata de Mário Meireles em São Luís, de meados da década de 1940 afora, representa o “*prestígio, na capital maranhense, dos referenciais teóricos do séc. XIX – os quais já não prevaleciam em centros como São Paulo, em que a vida universitária se desenvolvia e as questões da profissionalização e da especialização já se colocavam na ordem do dia*” (SILVA, 2008, p. 59).

Com relação a este aspecto, não podemos deixar de trazer aqui, mais uma vez, as considerações de Michel de Certeau a respeito das mudanças na historiografia que ele identificava nos inícios da década de 1970, justamente na época em que Mário Meireles escrevia seu livro.

Apesar de constatar as mudanças que vinham se processando na historiografia no sentido de uma “cientificidade circunscrita”, como sugere a sua citação acima, Certeau constata também um aumento crescente de livros históricos de feição *romanesca* ou *legendária* que, na sua concepção, adviria do fato dos historiadores receberem passivamente, ao modo de simples consumidores, os “objetos de conhecimento histórico” sobre os quais então se punham a trabalhar. Em outras palavras, era considerar o passado como *dado* e não como *produto*. Podemos pensar que uma das conseqüências disto é o surgimento de uma literatura de divulgação histórica que se caracteriza justamente por aquele tom romanesco e legendário.

Levando isto em consideração, a atitude científica que deveria caracterizar a historiografia doravante, segundo Certeau, partiria da constatação de que, em história:

Um trabalho é “científico” quando opera uma *redistribuição do espaço* e consiste, primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo “estabelecimento das fontes” – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras (CERTEAU, 2007, p. 83; aspas e grifos do autor).

Paralelamente a isso, o texto de Certeau fala das sobrevivências de uma concepção de história predominante até o séc. XIX, caracterizada ao mesmo tempo por

procurar um sentido transcendente à história, que caberia à razão perscrutar, mas também preocupada com a verdade episódica dos fatos, pois através do estabelecimento fiel destes é que se poderia ter elementos para a dedução do sentido filosófico inerente ao conjunto de acontecimentos estudados. Vimos, no capítulo anterior, como o IHGB se apropriou exemplarmente desta concepção ao traçar o seu programa histórico de 1838-39, notadamente no que se refere à elaboração de uma escrita da história do Brasil que levasse em conta a construção de uma identidade nacional gloriosa para o jovem país.

Sobre a sobrevivência de tal concepção de história em 1970, Certeau nos diz:

Certamente uma ideologia do “fato” histórico “real” ou “verdadeiro” paira ainda na atmosfera da época; prolifera mesmo numa literatura sobre a história. Mas é a folklorização de práticas antigas: esta palavra congelada sobrevive a batalhas findas; ela apenas mostra o atraso das “idéias” recebidas com relação às práticas que cedo ou tarde vão modificá-las (CERTEAU, 2007, p. 83; aspas do autor).

Assim, tentando entender um pouco o descompasso de Mário Meireles com relação à produção historiográfica do centro-sul do país, é possível dizer que a “prática histórica” (sendo o “estabelecimento das fontes” um dos seus momentos) da qual o seu trabalho era um resultado, ainda era pautada em métodos provenientes da “totalização indutiva” predominante até o séc. XIX: “*Partia-se de vestígios (manuscritos, peças raras, etc.) em número limitado e tratava-se de apagar toda a sua diversidade, de unificá-la em uma compreensão coerente*” (CERTEAU, 2007, p. 86).

E neste ponto talvez se possa entender melhor a afirmação de Ana Lúcia Conceição Silva (SILVA, 2008, p.48) sobre a “visão mitificada e romântica da história” presente em Mário Meireles. Assim era, em grande parte, porque a própria sociedade na qual estava inserido (a maranhense), ainda não se organizara historiograficamente, através de seus meios institucionais, para permitir que outra prática histórica fosse possível.

Na *História da Independência no Maranhão*, a tentativa de incorporar as novidades historiográficas no sentido de pensar a história a partir de categorias e conceitos, parece ter ficado circunscrita apenas aos três capítulos iniciais, de forma que no restante do livro volta a predominar a tradição narrativa, fruto daquela “totalização indutiva”. As categorias e conceitos ventilados nesses capítulos iniciais são raramente explorados no sentido de problematizar alguns pontos da narrativa, que segue, em sua maior parte, num encadeamento factual-romanesco.

Por mais que tivesse acesso a essas novidades historiográficas, como as trazidas pelo já citado *Brasil em Perspectiva*, uma série de injunções, como a sociedade a que pertencia, a sua formação intelectual de autodidata ligado a “lugares de memória” como a AML e o IHGM, e o seu tácito compromisso em preservar as tradições de uma elite ilustrada local – tudo isto, não permitia que Mário Meireles adotasse ou atribuísse a essas novidades seu devido valor sem que ele próprio se colocasse em xeque. O “lugar” social e institucional em que se inseria (ou, ao qual fora inserido) conformava sua visão de mundo, de modo que abrir mão dele seria colocar em risco a sua própria trajetória intelectual e social. Mário Meireles teria preferido “defender um lugar” (o que naquela conjuntura significava um *desejo de passado*) a lançar-se em risco sozinho.

2.3 A “memória historiográfica”: ação e transformação

Tentaremos compreender agora como o autor em voga retrabalhou, conservando-a, uma concepção de história, e uma “memória historiográfica” sobre a Independência no Maranhão, em específico, que remetem aos padrões historiográficos do *oitocentos*.

Dito isto, a narrativa de Mário Meireles em *História da Independência no Maranhão* afigura-se ao mesmo tempo como reminiscência da concepção de história predominante no séc. XIX (no seu papel de “totalização indutiva” capaz de produzir um “sentido fechado” que coincidiria com a verdade dos fatos), e como versão romanesca dessa concepção. Quanto a isso, podemos levantar duas questões: primeiro, que parece realmente que Mário Meireles tomou aquele passado da Independência no Maranhão como um *dado*, e não como um *produto* que valesse a pena investigar as origens; e segundo o fato do escritor estar ligado a duas Casas Institucionais (AML e IHGM) que nasceram de um movimento intelectual (“os novos atenienses”), de inícios do séc.XX, que procurava reafirmar o Maranhão como portador de uma cultura literária imperecível. Quanto à primeira questão, ela parece ter levado Mário Meireles a reproduzir a matriz interpretativa de Vieira da Silva, ante a hipótese de *redistribuir* segundo suas próprias necessidades as fontes documentais, o que teria lhe facultado trilhar novos caminhos. Já a segunda questão teria contribuído para dar o tom *romanesco* em que o livro de Meireles está vazado.

E neste ponto pode-se pensar que Mário Meireles não teria tido necessidades ou não teria se colocado desejos no sentido de refletir sobre aquele passado da Independência no Maranhão segundo outros termos. O porquê disto já foi vislumbrado no item anterior.

É preciso dizer também que a matriz de onde o livro de Meireles foi gerado, tomou um acabamento formal que o original não possuía. O livro de Vieira da Silva, devido à discricção que o caracteriza, deixou muitas arestas por aparar, não se lançando a explicações para as quais talvez não se achasse habilitado ou desimpedido. O livro de Meireles, do contrário, procura sempre que possível arredondar suas formas por via de explicações que vai buscar na historiografia ou em suas próprias reflexões¹⁰. Mas não antecipemos as coisas. O que importa sublinhar é que, ao fim e ao cabo, conservou-se o recorte temporal e interpretativo presente no livro de Vieira, excetuando-se os três capítulos iniciais já comentados e aos quais voltaremos posteriormente.

Estamos aqui chamando este recorte temporal e interpretativo que se inaugura em determinada época, e que persiste por motivos que na seqüência tentaremos vislumbrar – de “memória historiográfica”. Como se constitui de fundamental importância para a análise posterior, uma definição mais ampla do que se entende aqui por “memória historiográfica”, faz-se agora necessária.

Uma memória historiográfica guarda relações com a criação de objetos históricos. O capítulo anterior trouxe um pouco das elucubrações que se podem tecer em torno da criação desses objetos ou temas, e da “naturalização” que eles podem ter por conta da força persuasiva da criação originária, como se ela fosse realmente a interpretação correta. Esses “objetos” ou temas históricos uma vez “naturalizados” geram uma memória historiográfica que atua furtivamente toda vez que aquele determinado tema vem à mente do historiador menos prevenido, dificultando, por assim dizer, que novos caminhos historiográficos sejam abertos. Isso acontece muito em virtude do peso heurístico que uma composição histórica primeva pode ter nas

¹⁰ Em seu texto intitulado *O Narrador*, Walter Benjamin sugere uma distinção entre o cronista e o historiador. Para ele, o cronista é o narrador da História, mas, estritamente no sentido em que ele é capaz de se subtrair à explicação do narrado. O historiador, ao contrário, “*está obrigado a explicar, de uma maneira ou outra, os incidentes de que trata; não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo*” (BENJAMIN, 1983, p. 65). Nesse sentido, Mário Meireles seria mais “historiador” do que Vieira da Silva. No entanto, Benjamin sugere que a narrativa que não explica nada se destina a suscitar, ainda muito tempo depois, novas interpretações.

composições posteriores, mas muito em virtude, também, dos que vêm depois lançarem mão do mesmo corpo documental usado pelos primeiros, o que acaba levando-os ao mesmo tipo de enquadramento histórico. Como diz Certeau: “*Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira*” (CERTEAU, 2007, p. 81; grifo e aspas do autor).

Assim, a interpretação ou “filosofia” do autor já começa na própria seleção dos documentos, de modo que a constituição de outro “corpo documental” poderia fazer ver dimensões não vistas ou negligenciadas pela interpretação dominante.

Por outro lado, pode-se pensar que existem acontecimentos históricos que, pela sua magnitude, quase que se auto-constituem como objetos históricos, não fosse pela abordagem própria que caracteriza cada autor na sua construção narrativa e/ou interpretativa. A “emancipação política do Brasil”, por exemplo, é um “objeto histórico” que não precisou ser criado por alguém em particular, mas que pela importância assumida pelo tema da emancipação política nacional no séc. XIX, forçou, por assim dizer, a que os historiadores se voltassem para ele, criando cada qual a sua interpretação com ênfase neste ou naquele aspecto. Diferentemente, a criação do objeto a “proclamação da Independência no Maranhão” é, por seu turno, *contingente*, de modo que alguém teve que “inventá-lo”, embora, em se tratando de historiografia, essa invenção deva partir de “pistas históricas”. Mas sua magnitude não foi tal que se tornasse de si mesmo um tema imperioso.

A historiografia, também pode ser, como sugere Manoel Luiz Guimarães (refletindo sobre as tentativas de Pierre Nora de pensar a escrita do passado na França), *lugar de memória*, trabalho de esforço coletivo para investir o passado de um propósito cujas demandas devem ser procuradas num *presente* sócio-político (GUIMARÃES, 2007, p. 96).

E aqui nos parece importante deixar claro que essa “memória” que se procura construir produzindo-se obras historiográficas ou reapropriando-se delas pode tanto ser o resultado daquela atitude passiva e desprevenida do historiador frente a um passado que ele toma como *dado* e não como *produto* (ou seja, como algo certo e não como problema), quanto o resultado de manobras ativas de agentes coletivos do presente no sentido de dotar o passado de uma “memória” que lhes convém. Veremos no próximo capítulo como os militares procuraram fazer isto último, gerando em torno da Independência brasileira, de forma ativa, uma “memória” de nossa fundação e de nossa

nacionalidade que privilegiava as idéias de um país que já nasce uno e forte, consciente de si e dos seus interesses soberanos.

Notamos, também, que existem muitas relações, por vezes inextricáveis, entre a atitude passiva de quem escreve a história e aqueles órgãos coletivos de onde emanam as solicitações (*desejos*) para a construção de determinada “memória”.

Diante disso, cabe-nos agora analisar mais de perto o livro em tela, a *História da Independência no Maranhão*.

No que respeita ao recorte temporal, embora recorte temporal e interpretativo estejam, muita das vezes, mutuamente implicados, o livro de Mário Meireles parece ter seguido quase que fielmente o estabelecido por Vieira da Silva, às vezes com a repetição das mesmas passagens. Assim, por exemplo, lemos em Vieira da Silva:

Ao meio-dia, porém, desfilou o Regimento de Linha no Largo do Palácio, reunindo-se-lhe, como por encanto, o de Milícias, o Corpo de Cavalaria Franca e o Batalhão de Pedestres, no intuito de proclamar-se logo, publicamente, a Constituição. A Câmara também não tardou a reunir-se (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 37-38).

O mesmo episódio é narrado por Mário Meireles:

Ao meio dia o Regimento de Linha e o Corpo de Artilharia desfilaram defronte a Palácio, em continência ao Governador, já se fazendo seguir do Regimento de Milícias, do Corpo de Cavalaria Franca e dos Batalhões de Pedestres, ou seja, toda a guarnição que, numa estranha mas compreensível espontaneidade, logo viera manifestar sua solidariedade.

Citamos as passagens acima para sublinhar a semelhança de recortes, mas não se pense que o livro de Mário Meireles é uma simples cópia do livro de Vieira da Silva. No que se refere, por exemplo, ao tratamento formal que é dado ao texto escrito, encontramos entre os autores sensíveis diferenças.

No livro de Meireles, elas parecem vir de dois fatores: primeiro, a “opção” do autor em fazer uma história romantizada, e segundo, a distância temporal que o separava dos acontecimentos narrados (150 anos), o que não acontecia no caso de Vieira da Silva (40 anos). O primeiro fator conferiu ao livro de Meireles um tom mais colorido e emotivo, e o segundo lhe deu mais liberdade para adjetivar homens e situações, o que acabou por carregar ainda mais o seu livro daquele tom romanesco.

Assim, o Marechal Silveira, que governava o Maranhão em 1821, e que em Vieira da Silva é elogiado de maneira sóbria, em Mário Meireles aparece dissimulado e ambicioso.

Para que se dê uma amostra desse tom romanesco de Mário Meireles, que prende o leitor e o coloca emotivamente na situação narrada como se estivéssemos a ler um bom romance, transcreve-se a seguir o momento em que o Marechal Silveira recebe a notícia de que foram coroados de êxitos os seus planos de continuar à frente do Maranhão:

O Marechal Silveira, que, em Palácio, aguardava ansiosamente o desenrolar dos acontecimentos que fizera disfarçadamente provocar, ao saber, pelos oficiais que se lhe apresentaram, do inteiro êxito da delicada missão que confiara a seu fiel Ajudante-de-Ordens, não mediu palavras para elogiar a moderação da oficialidade e a disciplina da tropa, naquele passo decisivo e, manifestando sua aquiescência ao que fora sabiamente decidido pelos que, com ele, eram responsáveis pela ordem pública, declarou que convocaria, ainda para o dia seguinte, a Câmara, e demais autoridades, a fim de que igualmente se manifestassem a respeito (MEIRELES, 1972, p. 43).

O Marechal Silveira, aquele mesmo português que governava o Maranhão por ocasião da Revolução do Porto e a quem Vieira da Silva tece sobriamente os elogios que vimos no capítulo anterior, aparece agora, em Mário Meireles, palpitante de vida. Vemos-lhe ansioso em Palácio, a esfregar as mãos e andar de um lado a outro, ponderando se o plano que concebera fora realmente o mais acertado. Depois de recebida a boa notícia, percebemos a alegria contida, mas eloqüente, com que elogia a moderação da oficialidade, e por fim vemos a satisfeita presteza com que dispõe tudo para que se conserve a ordem pública.

Além destes dois fatores já citados, existe outro que diferencia os dois autores nas suas *Histórias* sobre o Maranhão na Independência: trata-se das apreciações de conjunto que Mário Meireles tece nos três primeiros capítulos de sua obra. Assim, ao lado de passagens que lhe descortinam o estro literário, o autor também apresenta em seu livro uma reflexão sobre os grandes movimentos da história, como fica patente no primeiro capítulo do livro. Assim, diz Mário Meireles ao abrir seu livro:

As chamadas Revolução Comercial (1400/1700) e Revolução Intelectual (1600/1800), sobrevindas no curso da Idade Moderna, alteraram profundamente a estrutura da Sociedade Ocidental Cristã que, na Idade Média, se constituíra na Europa e que, com os descobrimentos marítimos, se alargaria até ao Novo Mundo. Conseqüentemente, a América, incorporada a essa Sociedade logo no início daquela Idade, estaria dentro da Revolução Comercial, com proporcionar-lhe causas ou modificá-las e sofrer-lhe os efeitos, e, igualmente, dentro da Revolução Intelectual principalmente com oferecer-lhe o campo experimental para a efetivação primeira de seus ideais políticos na Revolução Norte-Americana (1774) que antecedeu à Revolução Francesa (1789) (MEIRELES, 1972, p. 9).

Pelo seu recurso às letras maiúsculas (Sociedade Ocidental Cristã, por exemplo), percebe-se que o autor está procurando referir-se a conceitos históricos que vão lhe ajudar a pensar os fatos a serem narrados no restante do livro. No entanto, mesmo nessa passagem, por assim dizer, mais abstrata, ainda se percebe o tom literário do autor, como se os conceitos aí identificados pelas iniciais maiúsculas, interagissem cenicamente no palco da história, se influenciando num sentido ou noutro.

Por mais que as semelhanças sejam muito visíveis, as diferenças também existem, resultado das opções próprias de cada autor e das diferentes conjunturas históricas em que viveram. Assim, “a memória historiográfica” atua efetivamente, mas se conforma às exigências do autor e do tempo em que está sendo recuperada, transformando-se então, embora continue reconhecível.

A *História da Independência no Maranhão* está dividida em 12 capítulos que, diferentemente do livro de Vieira da Silva, vêm intitulados ao modo da narrativa histórica tradicional. O primeiro capítulo, por exemplo, intitula-se “A adesão do Maranhão à Independência – causas e antecedentes”, e o último tem como título “O retorno de Cochrane ao Maranhão e o preço de seus serviços”. O livro de Mário Meireles é também acrescido de “Notas” e “Bibliografia”. E aqui, deve-se chamar atenção para o fato de o livro dialogar com uma considerável produção historiográfica, seja a de inícios do séc. XIX, seja a de época próxima ao seu livro, como as *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes, que é de 1966.

O livro de Vieira da Silva, do contrário, aparece em 1862, praticamente desprovido de referência explícita à historiografia referente ao Brasil e ao Maranhão, que já existia em número razoável. A sua estratégia narrativa partiu, sobretudo, do diálogo com a documentação específica produzida durante os anos considerados, que vinha fartamente reproduzida no corpo principal do texto.

Pulando-se os três capítulos iniciais já citados, nos quais Mário Meireles ensaia uma discussão historiográfica sobre o tema da Independência e sobre a situação geral do Maranhão nas duas primeiras décadas do séc. XIX, o marco temporal seguido pelo autor para tratar da Independência no Maranhão acompanha de perto o usado por Vieira da Silva, ou seja, da chegada da notícia da Revolução do Porto em São Luís, em abril de 1821, à volta do mercenário inglês (a serviço de D. Pedro I) Thomas Cochrane, ao Maranhão, em novembro de 1824, data na qual encontra a Província sublevada pelas

diferentes facções político-familiares que lutavam entre si pelo exercício do poder. Podemos estender a data até maio de 1825, que é quando Cochrane parte do Maranhão com os bolsos devidamente cheios (mais exatamente, com a quantia de *cento e seis contos de réis*)

Contudo, para falar com exatidão, apesar de o livro de Vieira da Silva anunciar em seu título o período de 1822 a 1828, o fato é que ele retrocede rapidamente aos anos de 1819-20, para falar elogiosamente do governo do Marechal Silveira, e ao ano de 1821 para falar das contendas políticas que a chegada da notícia da Revolução do Porto gerara na província do Maranhão. O livro de Mário Meireles, no capítulo IV, depois dos três capítulos iniciais de apreciação de conjunto já referidos, vai diretamente ao ano de 1821 tratar dos acontecimentos em torno da Revolução Constitucionalista do Porto, entrando no tema, depois de apenas referir de passagem a adesão do Pará ao *Vintismo*, com as seguintes palavras:

No Maranhão, guardava o Governador Bernardo da Silveira, em segredo, os expedientes que já recebera de Belém, concitando-o a aderir com a província que tinha sob seu mando, isso porque na expectativa de como proceder, oportunamente, com melhor acerto, quando foi surpreendido com a entrada, no Porto de São Luís, no dia 4/4/1821, da galera “Jaquiá”, vinda da Bahia [a qual trazia jornais com as notícias da Revolução] (MEIRELES, 1972, p. 42).

Com relação à data final, Vieira da Silva ainda constrói um capítulo de dispersão, que cobre do período posterior à saída definitiva de Cochrane do Maranhão (que se deu em maio de 1825) ao ano de 1828, no governo do Marechal Costa Pinto. Talvez assim procedesse para não acabar o seu livro (mantendo assim o tom de discricção que o caracteriza) com os episódios desencadeados por Cochrane no sentido de se fazer pagar por seus serviços, que muitos consideraram notória extorsão, inclusive seu contemporâneo e correligionário de IHGB, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Mário Meireles, por seu turno, querendo alguma vez terminar o seu livro em tom vigoroso, encerra-o com o já citado capítulo “O retorno de Cochrane ao Maranhão e o preço de seus serviços”, no qual entre censuras de toda sorte, vai ao ponto mesmo de chamar Cochrane de *ladrão* (MEIRELES, 1972, p. 154).

Com isso, queremos sublinhar que por mais que Mário Meireles siga, em linhas gerais, a estratégia heurística, de oposição entre brasileiros e portugueses, e a abordagem narrativa dominante, a de uma enumeração dos sucessos político-administrativos relativos aos conflitos imediatamente pré e pós-Independência, presente

no livro de Vieira da Silva, a sua “escolha” em escrever uma história romantizada e a sua distância temporal com relação aos acontecimentos narrados, dá ao livro de Meireles uma feição própria, caracterizada por um tom mais desimpedido e explicativo.

O que está a nos parecer, é que se trata de dois modelos diferentes de uma mesma tradição historiográfica, no caso, a *tradição narrativa*, cujo traço principal é a enumeração de acontecimentos políticos e administrativos desencadeados pelas figuras em evidência nas instâncias de poder.

Vieira da Silva teria preferido (ou fora impelido a isso) manter a narrativa ao nível de uma crônica sóbria e discreta, sem tomar de maneira explícita o partido da monarquia ou o das tendências republicanas que se re-esboçavam, agora com mais força, nos inícios da década de 1860.

Escrevendo na década de 1970, quando já iam longe as disputas, no Brasil, entre monarquistas e republicanos, e quando o que se esperava do historiador (ao menos da parte do regime militar) era apenas que contribuísse na instrução dos cidadãos quanto ao interesse pela “coisa pública”, ou pelos assuntos da pátria, Mário Meireles teria se deixado entusiasmar pelo clima de civismo então em voga, transmitindo-o para as vivas apreciações de seu texto. Talvez com isso pensasse estar contribuindo, de maneira forte e decidida (como os tempos o exigiam), para a instrução pública do seu Estado e do seu País. Basta lembrar que em setembro de 1972, um mês depois do lançamento do seu livro, Mário Meireles assumiria o cargo de Chefe da Casa Civil do Governo do Maranhão, que tinha Pedro Neiva de Santana à frente. Não é de se supor que ele andasse, antes disso, tão distante dos canais de poder da época e de sua visão de mundo.

No próximo capítulo, veremos como os militares e o IHGB andaram juntos na construção historiográfica de uma memória sobre o sesquicentenário (150 anos) da Independência. Mário Meireles não estaria longe da visão de mundo que surgiu desse amálgama.

Ao discorrer sobre o episódio da volta de Cochrane ao Maranhão, em fins de 1824 (depois de, em 26 de julho de 1823, ter precipitado, por assim dizer, a capitulação da Junta Portuguesa em São Luís, levando o Maranhão a aderir ao movimento independente), vemos Mário Meireles alinhar-se à versão de Varnhagen, um dos principais artífices do IHGB, tornando-se cioso por construir uma memória nacional que fizesse jus aos homens de bem, e Cochrane não seria um deles.

Depois de elencar várias apreciações favoráveis a Cochrane presentes nos documentos da época, tais como “Pacificador do Maranhão”, “Pacificador das Províncias do Norte” e “Anjo Libertador”, Mário Meireles desfecha o seguinte juízo sobre o episódio:

[...] conquanto tudo isso, a verdade é que ele não voltara ao Maranhão para pacificá-lo ou para consolidar sua adesão à Independência porque lhe tivesse chegado ao conhecimento o que de anormal, irregular ou violento estivesse ocorrendo na província. Não; ele voltara, tão somente para tentar receber, de qualquer maneira, o preço que cobrara por motivo de a Junta de São Luís, fiel a D. João VI, se lhe ter rendido no dia 26 de julho de 1823 (MEIRELES, 1972, p. 147-148).

O mesmo episódio em Vieira da Silva recebe apenas uma descrição sóbria, sem que lhe atribua um motivo explícito como o apontado por Meireles. Diz Vieira da Silva:

Ainda no Brejo, o Comandante Geral Caldas reuniu tropas a favor de Bruce e fazia ali reconhecer a sua autoridade. No Icatu, repetiam-se as escaramuças e a vila, ora era tomada pelas tropas da capital, ora recuperada pelas do Rosário quando, no dia 9 de novembro, chegou à Província a Nau *D. Pedro I*, trazendo a seu bordo o Almirante Lorde Cócrane. O júbilo da capital não pode ser descrito. Todos viam no Lorde o Anjo da Paz e, no meio entusiasmo geral, 78 senhoras tomaram a deliberação de dirigir-lhe uma Representação pedindo audiência para exporem-lhe as calamidades da Província e particularmente da capital (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 293-294).

Falemos agora sobre aqueles três capítulos iniciais com que Mário Meireles prepara, por assim dizer, o leitor, para a narração dos acontecimentos propriamente ligados ao processo de Independência no Maranhão, e que diferencia o seu livro, em virtude das apreciações de conjunto que aí se faz, da matriz de onde fora calcado: o livro de Vieira da Silva. Com efeito, nesses três capítulos iniciais, o historiador sai ora em busca das causas remotas ou imediatas que teriam desencadeado o processo de emancipação política como um todo, ora na procura das explicações para a demora do Maranhão em aderir à Independência, ora ainda esboçando um retrato do Maranhão no primeiro quartel do séc. XIX.

A “remota causa primária” da emancipação deveria ser procurada, segundo Meireles, no “inconsciente patriotismo” de “defender a terra conquistada e possuída”, no que fazia referência, por exemplo, à luta dos colonos portugueses no Maranhão (juntamente com uma primeira geração de maranhenses) contra os holandeses em 1644; as causas imediatas deveriam ser buscadas na Transmigração da Corte (1808) e na Revolução Constitucionalista do Porto (1820).

Com relação à demora em aderir à Independência, Meireles chama atenção para o fato de o Maranhão ter se constituído estado colonial autônomo ainda em 1621, com capital em São Luís, e de ter assim laços familiares, econômicos e culturais muito mais fortes com Lisboa do que com o Estado do Brasil ao Sul. Diz o autor que nestas circunstâncias, os “naturais do Maranhão” (e aqui pensamos que com tal ele queira se referir à “boa sociedade” nascida no Maranhão) viam com indiferença “*a que ficassem como vassalos de D. João VI ou de D. Pedro I, do pai ou do filho, que em ambos sempre a mesma dinastia de Bragança*” (MEIRELES, 1972, p. 27). Ainda segundo o autor, só quando chegou ao Maranhão o estímulo das fronteiras piauienses é que teriam abraçado a causa, menos por ideal, do que pela oportunidade de tomarem aos portugueses os postos de mando, referendando a idéia de um conflito de classe, em detrimento a uma oposição de nacionalidades (MEIRELES, 1972, p. 27).

Mário Meireles (MEIRELES, 1972, p. 27-28) diz ainda que aquele ideal de “comunhão nacional” estava apenas numa pequena elite que se formara na Europa, principalmente em Coimbra, que em contato com os brasileiros do sul nas repúblicas estudantis, puderam então formar entre si sentimentos nacionalistas em torno das idéias liberais e democráticas.

Por fim, o retrato do Maranhão diz respeito aos principais aspectos sócio-econômicos da província às vésperas da Independência. Em termos de influência social e direção dos negócios públicos, o que se tinha então era a alternância entre os “naturais da terra” e os portugueses. Economicamente, sobressaíam-se as lavouras de arroz e algodão trabalhadas por africanos escravizados, sobretudo às margens dos rios Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré, fazendo-se menção também ao comércio de São Luís em mãos dos portugueses.

Esses três capítulos iniciais constituem, como já foi dito, mais um diferencial do livro de Mário Meireles, pois eles funcionariam como uma espécie de discussão historiográfica geral do que vai ser narrado em seguida.

Excetuando-os, podemos dizer que os capítulos IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI e XII seguem, em linhas gerais, o mesmo recorte narrativo e interpretativo do livro de Vieira da Silva, com as diferenças já apontadas acima, como, por exemplo, o fato de a obra de Vieira da Silva adotar um postura *cronística* e sóbria e a de Mário Meireles apresentar algo a que se poderia chamar de “totalização indutiva romanesca”.

A ausência do capítulo X na relação acima, deve-se ao fato de ele trazer, ao menos no seu título, um elemento historiográfico que não encontramos no livro de Vieira da Silva: “a guerra dos três bês”. Tal expressão designaria os conflitos que se desencadearam no Maranhão pós-Independência pela disputa do poder local, que teria envolvido principalmente três famílias, os Burgos, os Bruce e os Belfort. Intitulado “A guerra dos três ‘bês’; as primeiras suspeitas ou manifestações de idéias republicanas”, o capítulo aborda os conflitos que envolveram a reorganização dos postos de mando no Maranhão com o advento da Independência, conflitos esses que teriam se acirrado após a denúncia feita pelo Padre Domingos Cadávila Veloso de que os filhos do Presidente Miguel Bruce e ele próprio tramavam no sentido de levantar um movimento republicano na Província. Vieira da Silva também descreve largamente os acontecimentos, chegando a inserir no final do capítulo em que fala dos mesmos, a peça acusatória do Padre Veloso, mas não utiliza em nenhum momento a expressão “guerra dos três bês”.

Não é nosso objetivo aqui definir em que momento tal expressão teria aparecido no tema da “Independência no/do Maranhão”, mas importa dizer que a mesma se nos afigura muito mais como uma metáfora para simbolizar a situação de conflito em que entraram as principais famílias do Maranhão no pós-Independência – do que propriamente algo que significasse uma situação historicamente definida em torno de apenas três famílias.

Apesar de trazer este elemento historiográfico novo, o grosso do capítulo também segue a mesma seqüência episódica de Vieira da Silva, com a diferença que enquanto este não profere nenhuma opinião sobre se Bruce era ou não republicano, Meireles chega a afirmar, no capítulo seguinte, o XI, seu envolvimento com as idéias republicanas e com a Confederação do Equador.

Concluindo esta parte, pode-se dizer que a “memória historiográfica” que remete a Vieira da Silva foi absorvida por Mário Meireles no uso da tradição narrativa (embora com as diferenças apontadas), bem como na utilização das mesmas peças documentais, sem que Meireles sentisse necessidade de reinstaurá-las segundo uma nova disposição.

No subitem seguinte, veremos como os termos “proclamação” e “adesão” podem nos ajudar a pensar os ideários próprios ao tempo histórico de cada autor.

2.3.1 “Proclamação” e “adesão” como recursos heurísticos

No capítulo sobre o livro de Vieira da Silva, fez-se uma distinção entre “proclamação” e “adesão”, o que inclusive vem diferenciando, neste trabalho, os capítulos referentes aos livros de Vieira da Silva e Mário Meireles. Para Vieira da Silva usamos o termo “proclamação”, e para Meireles o termo “adesão”. E assim fizemos levando em conta o uso predominante dos termos em cada um dos autores. O uso reiterado do termo “proclamação” em Vieira da Silva faz-se no sentido, assim nos parece, de que cada região, província ou cidade, teria de si mesmo proclamado a sua independência, todas, no entanto, visando reunir-se à proclamação principal que partira do Rio de Janeiro. Daí, talvez, a explicação para o título do livro ser “História da Independência *da* Província do Maranhão” e não “História da Independência *na* Província do Maranhão”.

Em Mário Meireles, o uso reiterado, desta vez, do termo “adesão”, parece sugerir que o autor atribuía importância excessiva às decisões que emanavam do Rio de Janeiro (centro do novo Império que se constituía). Nessa leitura, as províncias aderiam ou não ao sistema proclamado no sul do Brasil, como se o desejo das mesmas de se auto-proclamarem independentes não fosse considerado, e elas apenas respondessem negativa ou afirmativamente a algo que se impunha e vinha de fora. Novamente, a visão geral do autor parece ter sido enfeixada no título do livro, pois, em Meireles, lemos “História da Independência *no* Maranhão”, a sugerir que se trataria do desenrolar particular de um processo maior desencadeado nos centros de decisão do emergente Estado.

Por mais que Vieira da Silva algumas vezes use o verbo “aderir” e Mário Meireles, por vezes, o verbo “proclamar”, e por mais que a palavra “adesão” seja o termo oficial presente nas atas de incorporação das províncias ao Império, é possível ver na insistência com que os dois autores usam os respectivos termos para se referirem ao mesmo processo histórico, um elemento importante para se compreender as épocas em que viveram e escreveram seus livros.

Vejamos então algumas passagens em Vieira da Silva e em Meireles em que se usam os termos proclamação / adesão. As primeiras notícias recebidas em São Luís, nesse sentido, são assim referidas por Vieira da Silva:

Entretanto, em 11 de novembro recebia-se na capital a notícia de se haver *proclamado* a Independência na vila de São João do Parnaíba, sucesso este que o Comandante Geral das Carnaubas, Capitão Felipe José da Neves, e o Comandante Parcial da ribeira das Preguiças, Joaquim Diniz Pereira de Castro, imediatamente comunicaram ao Governo (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 67; grifo nosso).

O mesmo episódio, lemos assim em Mário Meireles:

Eis, porém, que em novembro, no dia 11, chega de surpresa a notícia de que na vila de São João da Barra do Parnaíba, na vizinha Província do Piauí, havia sido *proclamada*, a 19/10/1822, a adesão ao Império, por iniciativa, dentre outros, do Dr. João Cândido de Deus e Silva, Juiz de Fora, e do Cel. Simplício Dias da Silva, justamente aquele maçom benemérito com quem estivera o inglês Henry Koster (MEIRELES, 1972, p. 59; grifos nossos).

No primeiro caso, o que se anuncia é a “proclamação da Independência num lugar”, no segundo trata-se da “proclamação da adesão de um lugar ao Império”. No primeiro caso temos “independentes”, no segundo, “aderentes”.

Vejamos, sem escolher, o caso imediatamente seguinte em que os autores falam de proclamação / adesão em / de algum lugar. Trata-se, ainda, dos sucessos ocorridos no Piauí. Diz Vieira da Silva:

A despeito de todo esse movimento de tropas para guarnecer as fronteiras e da proximidade em que se achava o Major João José da Cunha Fidié, *proclamada* a Independência em Campo Maior e em Piracuruca, o Chefe independente Leonardo de Carvalho Castelo Branco afoitou-se a explorar o ponto por onde pudesse entrar na Província do Maranhão [...] (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 88; grifo nosso).

Mário Meireles, por sua vez, assim escreve:

Forças independentes, arregimentadas no Ceará, atravessam a fronteira e vêm, as de Leonardo de Carvalho Castelo Branco, um dos chefes nacionalistas escapos da Parnaíba, ocupar primeiro Piracuruca (22/1) e depois Campo Maior (5/2), e as de Luís Rodrigues Chaves, ocupar Marvão (7/2), enquanto, aproveitando-se da ausência de Fidié, *proclama-se*, em Oeiras [então capital do Piauí], a 24/1/1823, a adesão da província ao Império do Brasil, organizando-se uma nova Junta sob a presidência do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, depois visconde de Parnaíba (MEIRELES, 1972, p. 67; grifos nossos).

Os exemplos se repetem ao longo dos livros. Na quase totalidade dos casos tem-se, em Vieira da Silva, uma “proclamação da Independência”, sem referência à figura solene do Império. Do mesmo modo, na quase totalidade dos casos, vemos, em

Meireles, uma “proclamação da adesão *ao Império*”. A insistência neste ponto justifica-se: ele nos ajudará a pensar a questão do nacionalismo em Mário Meireles, e da opção historiográfica nele embutida.

Assim, será preciso dizer que não encontramos, na *História da Independência no Maranhão*, um nacionalismo simples do tipo brasileiros x portugueses. Isto parece derivar de dois motivos principais: primeiro, o fato de Mário Meireles dialogar em termos reverenciosos, sobretudo no capítulo final de seu livro, com o historiador responsável por positivar o legado português entre nós, Francisco Adolfo de Varnhagen, que atribuíra a esse legado um papel ativo na formação de nossa nacionalidade; e segundo, por um fato pertencente ao tempo histórico do próprio Meireles, que foi a aproximação político-ideológica entre Brasil e Portugal, que nos inícios de 1970 viviam ambos sob regimes autoritários, com seus presidentes oriundos da alta cúpula militar: no Brasil o general Emílio Garrastazu Médici e em Portugal o almirante Américo Tomás (ALMEIDA, 2008, p.1).

Pode-se dizer, deste modo, que a visão do “nacional” que transparece no livro, está muito mais voltada para a preocupação cívica em se construir um “relato verdadeiro” dos homens que devem entrar para a história como bandidos ou como heróis (independente de serem eles brasileiros ou portugueses) do que para a busca de uma brasilidade genuína. É preciso mesmo dizer que em algumas passagens, Vieira da Silva se mostra muito mais disposto a construir uma imagem singular do brasileiro, do que Mário Meireles, que chega mesmo a acentuar que nas Cortes Constituintes de Lisboa, “*os deputados maranhenses não faziam coro com seus colegas brasileiros*” (MEIRELES, 1972, p. 56).

Destarte, percebe-se a importância heurística em se atentar para o uso de determinados termos. Temos, assim, sugerido, que a insistência com que Mário Meireles (não se pode afirmar se consciente ou inconscientemente) refere-se a uma *adesão* a um órgão central de poder, no caso o Império, pode ser o resultado tanto da influência da visão varnhaguiana sobre a Independência do Brasil, como os ecos ideológicos de seu tempo em torno da figura de um governo central forte.

E o que dizia a visão varnhaguiana sobre a Independência do Brasil? Antes de tudo, que a Independência se enquadrava, filosoficamente, numa espécie de “ordem natural dos acontecimentos”, segundo a qual as colônias um dia, de maneira inelutável, alcançam sua emancipação da metrópole, e como causas imediatas que teriam apressado

esse “devir natural”, as seguintes: 1) vinda da família real para o Brasil; 2) as tentativas de recolonização encetadas pelas Cortes de Lisboa e 3) a decisão do herdeiro da Coroa, D. Pedro I, em tomar-lhe a frente. Mário Meireles, no primeiro capítulo de seu livro, usa quase todos os argumentos de Varnhagen, tanto no que se refere à causa remota – um sentimento de liberdade e patriotismo que teria estaria presente “desde a primeira fazenda na América” –, quanto às causas imediatas, deixando de se referir apenas à ação de D. Pedro.

Assim, quando Mário Meireles fala de uma “proclamação da adesão ao Império”, pode-se deduzir que ele já acreditava ou queria fazer acreditar, ao modo de Varnhagen, numa nação já constituída, herdeira do legado português, chefiada por um membro da dinastia de Bragança, de todo modo, destino contra o qual não se poderia lutar.

3 A PUBLICAÇÃO DOS LIVROS EM 1972: o sesquicentenário da Independência como celebração historiográfica

3.1 Dois projetos antagônicos



http://www.quata.com.br/sesquicentenario_da_independencia.htm

“Nação que festeja é nação feliz”: era uma das divisas lançadas pelos militares em 1972, que procurava, ao mesmo tempo em que exortar o povo, justificar a euforia com que o *establishment* militar comemorou o sesquicentenário (150 anos) da Independência do Brasil. A foto acima foi tirada na cidade de Quatá, interior de São Paulo, por ocasião dos desfiles de 7 de setembro de 1972. Vemos duas mulheres fantasiadas de d. Pedro I e atrás um carro com a frase referida acima.

Uma das acepções da palavra “comemorar” é “*realizar cerimônia de evocação de (um fato, um acontecimento, uma pessoa, etc.)*” (HOUAISS, 2002). Em nosso caso, o acontecimento evocado era a emancipação política do Brasil em 1822.

O verbo “comemorar” foi então muito usado, e era empregado com sentido ufanista em todas as publicações oficiais ou semi-oficiais ligadas ao regime militar. Percebe-se também, que nos textos de oposição ao regime, a palavra “comemorar” referindo-se ao Sesquicentenário, fazia-se igualmente presente, demonstrando que de

um modo geral, os estratos política ou intelectualmente influentes da sociedade brasileira, naquele período, atribuíam relativa importância à efeméride.

Nos meios de franca oposição ao regime militar, como os ligados ao partido comunista, a importância que o Sesquicentenário assumiu em suas reflexões se fez no sentido mesmo de luta ideológica pela construção de uma “memória histórica” sobre a Independência. Naquele momento, sobretudo a partir de 1969 com o governo Médici, em que diversos setores da esquerda optaram pela via da luta armada, exercendo pequenas táticas de guerrilha urbana, a oposição conseqüente ao regime iniciou uma ampla frente de lutas em que se incluía também o debate em torno da memória nacional.

A sobrevivência do sesquicentenário da Independência, naquela conjuntura, contribuiu ainda mais para polarizar as posições em torno de dois projetos extremos para o Brasil: um encabeçado pelos militares no poder, qual seja, o de uma tecnocracia cívico-militar ligada aos interesses dos grandes centros capitalistas, e outro, minoritário, composto por pequenos grupos de revolucionários socialistas (dispersos na imensidão do país) que sonhavam o Brasil nos moldes de um Estado popular e soberano.

Um importante texto publicado, também em 1972, pelo combativo militante comunista Pedro Pomar (1913-1976), intitulado “O povo conquistará a verdadeira independência”, deixa clara a disputa pela memória da Independência que se travou então e que representava as próprias disputas da época em torno desses dois projetos sócio-políticos que se opunham frontalmente, embora com visível desigualdade de forças. Diz Pedro Pomar:

Os generais fascistas promovem custosa campanha de mentiras para ludibriar o povo. Procuram apresentar-se como patriotas e autênticos fatores do progresso nacional. Propalam aos quatro cantos que o feito da Independência foi obra da elite dirigente da época. Impingem Pedro I como o fundador do Estado nacional. Trazem de Portugal para serem reverenciados os ossos do Imperador, carrasco de muitos patriotas. Tentam incutir a idéia de que os militares estão contribuindo para consolidar a independência quando, na realidade, são uns farsantes, serviçais dos piores inimigos da pátria (POMAR, 1972, s/n)

E no parágrafo seguinte:

Ao *comemorar* o evento, as forças populares e patrióticas, especialmente os comunistas, compreendem que sua missão principal consiste em desmascarar o pseudopatriotismo das classes dominantes; em salientar as lutas do povo, estudar suas experiências e honrar a memória dos que se sacrificaram pela pátria; em prosseguir no combate pela conquista da *verdadeira independência* como a mais nobre, urgente e revolucionária tarefa de nossos dias. A proclamação

da Independência e a fundação do Estado nacional brasileiro, em 1822, resultaram de um cruento e doloroso processo de lutas e vicissitudes. Seu maior artífice foi o povo. Cabe-lhe o principal mérito pela vitória da causa autonomista (POMAR, 1972, s/n).

Assim, os projetos em disputa não discordam quanto ao fato de que os 150 anos de Independência do Brasil devam ser *comemorados*. A discórdia surge quando se trata de recuperar no passado os ícones que devem figurar na memória histórica da nação.

Diga-se desde logo que, para os militares, a figura de d. Pedro I assumiu realmente uma grande importância, concretizada, por exemplo, nas negociações levadas a efeito entre Brasil e Portugal no sentido de repatriar os restos mortais do imperador ao solo brasileiro. A transladação dos despojos de d. Pedro I ao Brasil tomou verdadeiros ares de parada naval. Diz Adjovanes Almeida:

Em abril de 1972, após negociações entre os governos brasileiro e português, os restos mortais de d. Pedro I deixavam Portugal e seguiam para o Brasil, onde desembarcaram no estado da Guanabara, após alguns dias de viagem marítima, em uma esquadra composta por navios da marinha de guerra de Brasil (Paraná, Pernambuco e Santa Catarina) e Portugal (Gago Coutinho, Sacadura Cabral e João Belo), além do navio Funchal (da marinha mercante portuguesa e que trouxe o presidente do país europeu, à frente de delegação oficial composta por vários ministros de estado) (ALMEIDA, 2008, p. 1).

Assim, o espectro ideológico gerado pelo Sesquicentenário pode ser melhor entendido identificando-se os seus dois extremos. A posição da qual Pedro Pomar se fazia representante ao publicar seu texto era diametralmente oposta à assumida pelos militares. Apesar de reconhecer o papel dos “senhores rurais escravistas” e dos “grandes negociantes” no movimento da emancipação política, Pedro Pomar reservava às forças populares e verdadeiramente patrióticas os méritos pela genuína independência, a de 1822, e a que ainda estaria por vir (POMAR, 1972, s/n).

Temos aí então desenhados, nos seus extremos, os campos opostos em que se dividia a luta em torno da construção de uma memória histórica para a Independência brasileira. Entre esses extremos, observa-se uma grande variação de matizes que partiam, em grande medida, de considerações feitas em torno desses dois modelos, por assim dizer, antitéticos. Ademais, se nos afigura que tanto militares quanto a oposição socialista que se lhe fazia, estavam preocupados com as idéias de “nação” e “nacionalidade”. No entanto, cada qual procurava pensar o país buscando no passado os referenciais capazes de fortalecer e legitimar as suas posições políticas no presente.

Uma vez colocada a questão sob este amplo painel, cabe agora focar a discussão sugerida para este capítulo. Nesse sentido, o nosso interesse se concentrará na análise de como a publicação, no ano do Sesquicentenário (1972), das obras analisadas nos capítulos anteriores, fez eco às comemorações e aos apelos patrióticos deflagrados em todo o país por conta da efeméride. Tal perspectiva de trabalho parte de duas constatações: primeiro, o fato de as obras tratarem do tema da Independência (relacionando-a ao Maranhão), e segundo, o de terem sido publicadas por órgãos do Estado do Maranhão, ligados por diversos canais aos centros de poder do Executivo Federal, naquela época um organizador severo das visões de mundo correntes nos meios político-administrativos. Antes disso, porém, virá a tentativa de refletir sobre as opções historiográficas que estiveram envolvidas na apropriação pelo regime militar da obra emancipacionista atribuída ao príncipe português.

3.2 O Sesquicentenário nos quadros do IHGB: a construção de uma memória histórica pelo regime militar

Em 1972, o regime militar procurou aproximar-se, de diferentes formas, da obra emancipacionista atribuída à dinastia de Bragança. Esta aproximação contou com a importante mediação historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desde a sua fundação em 1838 já se constituía numa espécie de órgão de saber oficial ligado às políticas de Estado. O compromisso maior do IHGB ao longo desses 172 anos que nos separam de sua fundação parece ser com a manutenção da ordem liberal capitalista, independente das formas de governo, democráticas ou autoritárias, que esta ordem assuma.

Exemplo disso é a presença destacada do IHGB nas cerimônias que marcaram a transferência e entrega oficial dos restos mortais de d. Pedro I ao Brasil durante o regime militar¹¹.

11 Na contramão desta tendência historiográfica representada no Brasil pelo IHGB, qual seja, a de cortejar o poder público constituído com visões de mundo coniventes à ordem estabelecida, podemos citar a iniciativa representada pelo livro *1822: Dimensões* (1986). Publicado originalmente também no ano de 1972, o livro foi organizado pelo historiador da USP, Carlos Guilherme Mota, reunindo historiadores nacionais e internacionais preocupados em repensar o enquadramento tradicional da formação nacional brasileira. O fato de o livro ser dividido em “Dependências” e “Independências” pode ser visto como uma referência crítica ao modelo econômico dependente através do qual os militares forjaram a ilusão do “milagre econômico”.

Em outubro de 1971, o Governo Federal através do decreto 69.344, instituiu a “Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil”, da qual fazia parte o presidente do IHGB, Pedro Calmon (CORDEIRO, 2008, p.3). Ao todo, essa comissão executiva nacional era formada das seguintes autoridades:

Ministros da Justiça, da Marinha, Exército, Relações Exteriores, Educação e Aeronáutica, além dos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Federal de Cultura (CFC), da Liga de Defesa Nacional, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação de Emissoras de Rádio e TV e da Associação Brasileira de Rádio e TV (CORDEIRO, 2008, p.3).

Procedendo no sentido de corresponder ao que dele se esperava, o IHGB empossou, em 1972, na presidência de honra do Instituto, o mandatário maior da nação portuguesa, almirante Américo Tomás. Como já vimos, o presidente português era chefe da solene delegação encarregada de entregar os despojos de d. Pedro I ao Brasil. Ressalte-se que não era a primeira vez que um presidente português visitava o Brasil por conta de comemorações em torno da Independência. Em 1922, o mandatário lusitano Antônio José de Almeida, à frente de uma comitiva composta de ministros, burocratas e empresários, também esteve no Brasil por conta do centenário da Independência (ALMEIDA, 2008, p. 2).

Nos discursos proferidos por ocasião da posse do presidente português no cargo honorífico que lhe fora confiado, vemos harmonizar-se a visão do IHGB (através da fala do seu presidente) com a dos chefes militares das duas nações em voga, encaradas, naquela altura, como verdadeiras co-irmãs. De fato, no discurso que fez ao tomar posse no Instituto, no dia 27 de abril de 1972, o almirante Américo Tomás destacou a importância do IHGB para a formação de um “esclarecido luso-brasileirismo” (RIHGB, abr./jun., 1972, p. 250-251 *apud* ALMEIDA, 2008, p. 3).

Para Pedro Calmon, então presidente do IHGB, a cripta de d. Pedro I que então passaria a ser a base do Monumento do Ipiranga, equivaleria “*ao alicerce granítico da Independência brasileira*” (RIHGB, abr./jun., 1972, 250-251 *apud* ALMEIDA, 2008, p. 2). Em seu discurso de posse, Américo Tomás, aludindo à transferência dos despojos de d. Pedro I ao Brasil, diz: “*Se desfalcava o panteão de São Vicente, povoado de tantas memórias vinculadas à civilização lusitana, permitiu conduzir ao Monumento do*

Ipiranga o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. Lá era uma; ali será único, e insubstituível (RIHGB, abr./jun., 1972, p. 250-251 *apud* ALMEIDA, 2008, p.3). Ademais, aquele não era o lugar nem o momento mais apropriado para discordâncias de qualquer sorte, pois ali se tratava apenas da celebração de uma memória do passado comprometida com a legitimação simbólica das estruturas de poder do Estado nacional brasileiro, naquele momento sob os influxos de um regime cívico-militar.

Para se ter uma idéia das proporções desta “celebração” promovida pelos militares em torno do Sesquicentenário, enumeramos a seguir alguns dos acontecimentos promovidos direta ou indiretamente pelo Governo Federal em 1972: realização do “I Encontro Cívico Nacional”; traslado naval dos despojos de d. Pedro I de Portugal para o Brasil; inauguração do Monumento à Independência, no Museu do Ipiranga, em São Paulo; reedição de obras, sob a direção do IHGB, que tratavam sobre o tema da Independência; organização da “Taça Independência”, um campeonato internacional de futebol - cuja finalíssima “coincidiu” ser entre Brasil e Portugal, com vitória do Brasil por 1 a 0 no último minuto de jogo: gol de Jairzinho; realização do filme *Independência ou Morte*, do cineasta Carlos Coimbra (CORDEIRO, 2008, p.2-3); montagem, no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, da exposição histórica “Memória da Independência (1808-1825)”; e por último, mas não menos importante, a realização do “Congresso de História da Independência do Brasil”, realizado também em 1972 com organização do IHGB. Em 1975, o Instituto publicou os *Anais* deste Congresso em sete volumes (GALVES, 2010, p. 13).

Assim, tudo indica que houve, por parte do Executivo Federal, um planejamento cuidadoso e uma organização rigorosa em torno das comemorações ao Sesquicentenário, frutos sem dúvida do senso oportunista dos militares em se apropriarem da data para exortar a população a sentimentos de civismo e nacionalismo. Nesse sentido, a opção dos militares pela “versão saquarema” de nossa Independência e de nossa nacionalidade não foi nada fortuita. Essa versão punha ênfase na generosidade de um príncipe identificado à causa brasileira que num gesto magnânimo pôs-se em risco para salvar a nação do separatismo e das lutas internas. No que concerne à nacionalidade, essa versão priorizava uma linha de continuidade direta entre o legado português e os quadros sócio-político-econômicos da nova nação.

Pode-se pensar que divulgando essa versão o regime militar quisesse atrair um pouco para si a imagem heróica de alguém que se sacrifica pela causa pátria. Sabemos da permanente paranóia do militares, naquela conjuntura, com o “fantasma do comunismo”, o que os levava freqüentemente a justificarem suas ações violentas com o discurso de defesa da “boa ordem nacional”. A outra conveniência que a “versão saquarema” oferecia aos militares, era a idéia da formação da nacionalidade brasileira atrelada ao legado português. Naquele momento em que os dois países viviam regimes autoritários, a aproximação fortalecia-os mutuamente. O termo de entrega dos despojos de d. Pedro I ao governo brasileiro assim rezava:

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na cidade do Rio de Janeiro, estando presentes Suas Excelências o Presidente da Republica Federativa do Brasil, General Emilio Garrastazu Médici, o presidente da republica portuguesa, Almirante Américo Deus Rodriguez Thomaz e o ministro de Estado das Relações exteriores do Brasil, Embaixador Mario Gibson Barbosa, por Sua Excelência o Presidente da Republica Portuguesa foi entregue a Sua Excelência o Presidente da Republica Federativa do Brasil, a urna contendo os restos mortais de Sua Majestade El-Rei Dom Pedro IV de Portugal, 1º Imperador do Brasil, fraternalmente doados pela Nação portuguesa à Nação Brasileira conforme deliberação do Governo português, sendo Presidente do Conselho de Ministros Sua Excelência o Dr. Marcelo Jose das Neves Alves Caetano, em anuência ao pedido do governo brasileiro e em testemunho da viva e imperecível comunidade Luso-brasileira (apud ALMEIDA, 2008, p. 1-2).

Elaborada principalmente por Varnhagen, a “versão saquarema”¹² da história do Brasil, fora constituída em meados do séc. XIX no seio de um Instituto (IHGB) ligado à manutenção ideológica da monarquia constitucional brasileira, e se tornou, por assim dizer, uma espécie de “história oficial” do Brasil. Uma história, naquele momento, feita de dentro do aparelho estatal do abstruso Império brasileiro. Não obstante, ela foi rigorosamente apropriada pelo governo dos militares e impingida ao povo como a verdade acabada sobre o passado. O fato de que grandes setores da população brasileira tenham correspondido satisfatoriamente a esta encenação sobre o passado, é algo que se deve procurar responder através das mais amplas considerações.

¹² “Versão saquarema” é a forma pejorativa com que os historiadores posteriormente denominaram essa visão conservadora da história brasileira. No livro *O Tempo Saquarema: formação do Estado Imperial*, de Ilmar Mattos (1999), tem-se muitos elementos historiográficos que nos permitem compreender os pormenores dessa visão da história nacional que deita fundas raízes no imaginário da sociedade brasileira.

3.3 A publicação das obras no contexto do Sesquicentenário

Em pesquisa publicada em 2004 sobre a historiografia referente à Independência do Brasil, Jurandir Malerba contabiliza 702 títulos relacionados ao tema para os sécs. XIX e XX. Trezentos desses títulos apareceram no curto período de 16 anos que vai de 1964 a 1980, anos de pleno domínio da ditadura militar no Brasil (MALERBA, 2004, p. 59-85).

O fato de que tão grande número de trabalhos tenha aparecido em tão curto espaço de tempo aponta para as utilizações políticas que o tema Independência do Brasil é capaz de despertar. Com efeito, elaborar ou se apropriar de uma versão sobre o nascimento de um país é dar um passo importante no sentido de justificar ou legitimar um estado de coisas presente. Os projetos de nação então vigentes no período, que tinham nos seus extremos aqueles dois campos em luta citados no primeiro tópico deste capítulo, procuraram lançar mão, cada qual, de diferentes versões da Independência e da formação nacional. Os militares colocaram-se na linha conservadora representada pela “versão saquarema” da Independência e da ênfase que essa versão atribuía ao papel da monarquia na conservação da unidade territorial e política da nação.

Sobre a utilização do tema Independência do Brasil da segunda metade da década de 1960 até o final da década de 1970, Wilma Peres Costa assim se refere:

O tema da Independência do Brasil veio a ganhar, nesse período, grande visibilidade, permeável como era, aos influxos da polarização política. A efeméride do Sesquicentenário (1972) foi comemorada com grande alarde pelo regime, no plano dos discursos, das festividades públicas e das grandes expressões simbólicas. Em torno dela, os militares organizaram um *grande espetáculo cívico*, fazendo repatriar os restos mortais de D. Pedro I com honras de chefe de estado, ao mesmo tempo que os Institutos Históricos do Rio de Janeiro e de São Paulo promoviam exposições comemorativas e caprichosas edições de livros e documentos (COSTA, 2005, p. 86; grifo nosso).

Os dois livros sobre a Independência no Maranhão que analisamos nos capítulos anteriores são publicados no período em questão, e mais, são publicados no ano do Sesquicentenário, que coincidiu, por assim dizer, com o período de maior fechamento da vida política do país e de maior interferência da ideologia do executivo federal nas esferas sócio-culturais da nação. Essa interferência apresentava-se no sentido de valorizar um patriotismo pré-fabricado, ao qual se deveria apenas aderir, o que, dentre outras conseqüências, gerou a famosa frase que caracterizaria o governo Médici:

“Brasil, ame-o ou deixe-o”. Acontece que se ama (ou se odeia) um país, de diferentes formas e por diferentes motivos, e os militares pretendiam que todos amassem o Brasil da mesma forma e pelos mesmos motivos que eles.

No prefácio em que o Secretário de Educação e Cultura do Estado do Maranhão, Magno Bacelar, escreve para o livro de Mário Meireles analisado no capítulo anterior, pode-se vislumbrar (através desse escrito proveniente das esferas oficiais) de que maneira os militares pretendiam que se “amasse” o Brasil. Diz o Secretário:

Nessa fase em que o Civismo e a Educação se revigoram, afirmando-se como objetivos prioritários da Nação Brasileira, não poderia o Governo Maranhense, através de seus órgãos competentes, negar apoio à publicação de uma obra tão útil e oportuna como é esta História da Independência no Maranhão (BACELAR *apud* MEIRELES, 1972, p. 7).

Assim, o que parece estar em jogo é o *civismo* e a *educação*. No entanto, deve-se procurar entender de que civismo e de que educação se trata. A referência a “objetivos prioritários da Nação Brasileira” deixa entrever a presença das esferas federais de poder na elaboração dos objetivos em tela.

Ademais, o juízo sobre o que é “útil e oportuno” ao Poder Público, ou seja, sobre o que deve merecer o patrocínio do mesmo, emanava grandemente das esferas de poder do Executivo Federal, sendo as unidades federadas do país quase que apenas sucursais ideológicas daquela esfera. Um exemplo deste *complexo político* nos é dado pela Mensagem do Governador Pedro Neiva de Santana à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão ao iniciar-se o ano de 1972. Em certa altura de sua fala ele diz: “*O Governo não pretende impor aos brasileiros do Maranhão um modelo de desenvolvimento autocraticamente construído, porque está convicto de que seu Programa é uma síntese das aspirações coletivas [...]*” (Mensagem do Governador Pedro Neiva de Santana..., 1972, p.2).

Nesta passagem, pode-se perceber o amálgama institucional que parecia existir entre o executivo federal e os executivos estaduais. Antes dela, o uso do termo “Governo” por Pedro Neiva de Santana, é entendido pelo leitor como “Governo do Estado do Maranhão”, mas depois da passagem acima referida, é como se o governo estadual se fundisse com uma esfera superior de poder entrevista por meio da expressão “brasileiros do Maranhão”. Nesta expressão, parece estar sintetizada este complexo político que caracterizou as relações entre a União e os Estados durante o regime

militar, complexo este cujo foco concentrava-se na onipresença do governo federal como agente formador de ideários sócio-políticos. Com relação ao aspecto diretamente político-administrativo dessa influência, podemos citar Wagner Cabral da Costa:

[...] a centralização política em torno do governo federal suprimiu na prática o federalismo, além do mais, a partir do Ato Institucional nº 2 (AI-2/1965), as eleições para governador tornaram-se indiretas e, portanto, facilmente manipuláveis pelo regime. Estas mudanças deslocaram para o Executivo federal a decisão acerca da “eleição” dos governadores, transformando o conflito numa imensa “guerra de bastidores” entre os grupos rivais, cada qual procurando ganhar espaço e obter “trânsito” junto aos militares (COSTA, 1997, p. 9; aspas do autor).

Destarte, deve-se procurar entender a publicação das duas obras já analisadas, a *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, de Vieira da Silva e a *História da Independência no Maranhão*, de Mário Meireles, no contexto das políticas oficiais de Estado provenientes deste amálgama ideológico-institucional entre o Executivo da União e os Executivos Estaduais, que caracterizou singularmente as relações políticas durante o regime militar.

Ora, tais obras são publicadas em 1972 sob o patrocínio do Governo do Estado do Maranhão, que tinha à sua frente o já citado governador Pedro Neiva de Santana (1971-1974). Este fora “eleito” indiretamente em 1970 e se caracterizou por uma postura de “relativa independência” frente aos grupos políticos em disputa no Estado, dentre os quais se destacava o “grupo Sarney” (COSTA, 1997, p.10).

Os livros, entretanto, saíram por órgãos de governo diferentes. O de Vieira da Silva teve o patrocínio da SUDEMA, uma espécie de Secretaria de Planejamento criada pelo governador José Sarney em 1967. Ao que parece, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) se tornou a “menina dos olhos” do governador Sarney, que se jactava de ser a primeira experiência de planejamento no Maranhão, parte fundamental do esforço de modernizá-lo. Segundo um jornal de oposição da época:

Nenhum outro órgão do Governo tinha maior importância e chegou-se até a buscar gente no Japão, na França, na Alemanha e etc. e tal para dar lições aos pobres técnicos da casa que nada sabiam em relação aos semideuses importados. A SUDEMA possuía uma folha de pessoal maior do que qualquer Secretaria, isso porque até o contínuo técnico ganhava mais do que um contínuo de Palácio que trabalha das seis às seis (JORNAL PEQUENO, 2 de Julho de 1972).

Não obstante, a SUDEMA teve importantes iniciativas no que se refere à organização e publicação de materiais historiográficos sobre o Maranhão. O órgão foi o responsável pelo lançamento da “Coleção São Luís”, cujo objetivo era a publicação de livros raros do Estado. O livro de Vieira da Silva é o 4º volume da Coleção, sendo os três primeiros: *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura no Maranhão*, de Raimundo Gaioso; *Uma região tropical*, de Raimundo Lopes; *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, de César Augusto Marques.

Um dos principais responsáveis por essa Coleção e, de modo geral, quem respondia pela atuação historiográfica da SUDEMA, era Raimundo Nonato Cardoso. Em 1970, quando a SUDEMA faz publicar o 3º volume da Coleção, a obra de César Marques citada acima, Raimundo Nonato Cardoso insere no livro, à guisa de apresentação geral, um texto de sua autoria intitulado “Documentação Histórica do Maranhão”. Nesse texto, por intermédio de uma explanação muito prolixa e douta, o sr. Raimundo Nonato Cardoso passa em revista uma infinidade de detalhes sobre a historiografia maranhense e sobre o estado da documentação referente ao Maranhão. Quem tiver a paciência de lê-lo com cuidado, encontrará ali muitos subsídios e pistas para se pensar a história do Maranhão.

Este mesmo Raimundo Nonato Cardoso é quem, em 1972, organiza e anota a 2ª edição da obra de Vieira da Silva, cujo original, lembre-se, é de 1862. Este foi, provavelmente, o último trabalho que prestou para a SUDEMA, pois em fins de junho de 1972 ela é extinta pelo governador Pedro Neiva de Santana, sendo criada no seu lugar a Secretaria de Planejamento. O livro de Vieira da Silva sai em julho de 1972, portanto depois de já extinta a SUDEMA. A explicação provável para isso era que o projeto do livro já estivesse todo pronto quando se resolveu extinguir o órgão, não se querendo perder o trabalho já realizado. A isso, pode-se acrescentar também a conjectura de que com tal publicação o governador Pedro Neiva de Santana esperasse corresponder às exortações do Governo Federal no sentido de se comemorar o Sesquicentenário, o que podia aumentar seus “créditos” junto aos militares que, como vimos, eram responsáveis por dar a última palavra sobre as “eleições” dos chefes executivos estaduais.

De fato, nas orelhas e nas folhas de rosto do livro de Vieira da Silva, as referências ao Sesquicentenário é uma constante. Nas orelhas do livro lê-se: “Associando-se às comemorações com que o País assinala os 150 anos da sua

emancipação política, [...] a SUDEMA oferece a segunda edição do livro do Dr. Luís Antonio Vieira da Silva, o maior e mais completo depoimento histórico conhecido até hoje sobre a Independência no Maranhão” (VIEIRA DA SILVA, 1972). Na folha de rosto, logo abaixo do título do livro, lê-se, por ordem: “Edição comemorativa ao Sesquicentenário da Independência do Brasil”; “Patrocinada pela SUDEMA: Estado do Maranhão”; “Governador: Dr. Pedro Neiva de Santana”; “Superintendente da SUDEMA: Dr. Celso Beckman Lago”.

No texto já citado de Raimundo Nonato Cardoso, “Documentação Histórica do Maranhão”, de março de 1970, que serve, por assim dizer, de intróito ao livro de César Marques, são elencados outros tantos livros sobre o Maranhão que mereceriam ser publicados pela “Coleção São Luís”. No entanto, em nenhum momento, o sr. Raimundo Nonato menciona o livro de que seria organizador dois anos depois. Mais uma vez, parece se confirmar a hipótese de que o livro de Vieira da Silva, *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, fora escolhido a dedo, tomando à frente de outros já visados, no sentido de corresponder às celebrações em torno do Sesquicentenário capitaneadas pelo Governo Federal.

Sobre a organização que Raimundo Nonato Cardoso imprime ao livro de Vieira da Silva, é preciso dizer que se trata de um cuidadoso trabalho que deu ao livro do Visconde uma vida e um interesse renovados. Dois elementos dessa reedição nos parece sobressair com mais força: 1) o recurso a longas e recorrentes notas de rodapé, através das quais o sr. Raimundo Nonato Cardoso vai ora nos esclarecendo a respeito das biografias das pessoas citadas na narrativa, ora complementando o texto de Vieira da Silva com informações extras ou com o desenrolar de acontecimentos que o texto do Visconde apenas menciona de passagem, ora ainda se lançando a apreciações sobre o que teria motivado ou refreado Vieira da Silva na escrita de certas passagens. Assim, não estaria completamente fora de propósito dizer-se que em tais notas, o sr. Raimundo Nonato Cardoso constrói uma espécie de pequeno texto historiográfico que dialoga com a obra de Vieira da Silva; 2) o segundo elemento digno de nota da reedição do livro em 1972, são os documentos apensos ao final do livro. Na edição original, Vieira da Silva fez publicar apenas 15 documentos dos que se utilizou para escrever o livro. Na edição de 1972, o organizador Raimundo Nonato Cardoso acrescentou a essas 15 peças históricas mais 84, chegando-se a um total de 99 documentos, alguns em reprodução

fac-símile. Para aqueles que se propõem compreender um pouco mais sobre o processo de Independência no Maranhão, eles são um ponto de partida necessário.

Com relação à conveniência ideológica de se publicar o livro no contexto do Sesquicentenário, atrelando-o explicitamente, como vimos, às suas comemorações, pode-se perguntar: em que a obra de Vieira da Silva adequava-se à versão que os militares atribuíram à Independência? Já descartamos, em nossa Introdução, a possibilidade de se perceber a publicação dos livros em 1972 (o de Vieira e o de Meireles) por via de qualquer onisciência ideológica por parte do regime militar em esquadrihar e apoiar apenas o que viesse contribuir, *strictu sensu*, com a legitimação de seu regime. Eles não poderiam se inteirar de todas as iniciativas do poder público levadas a efeito no âmbito dos Estados, por mais que aquele amálgama entre as instâncias federais e estaduais efetivamente existisse. Tal responsabilidade era delegada grandemente aos Estados, uma vez conhecidas as diretrizes gerais do Regime.

Já vimos que o IHGB serviu de arrimo historiográfico na apropriação da Independência brasileira pelos militares. Destarte, quando não fosse por outra coisa, o fato de Vieira da Silva ter pertencido ao IHGB e aos quadros políticos do Império, já recomendava o seu livro para a publicação naquela conjuntura, sem já falar, é claro, no fato óbvio de que seu livro tratava diretamente de acontecimentos ligados ao processo emancipacionista. Tanto assim que talvez se regozijando do acerto que era publicar o livro de Vieira da Silva naquela conjuntura festiva, o governador Pedro Neiva de Santana tenha feito constar o seu nome e o do superintendente da SUDEMA à época, Celso Beckman Lago, na folha de rosto do livro.

No entanto, um exame mais detalhado teria feito essas autoridades verem (o que, de certo, não passou despercebido por Raimundo Nonato Cardoso, como se depreende de suas notas) que o livro de Vieira da Silva assumiu uma postura heterodoxa dentro do discurso historiográfico do IHGB, seja por seu caráter de comedimento na apreciação dos acontecimentos narrados (o que lhe teria evitado uma “totalização” temerária), seja por sua tentativa de refletir sobre o processo de ruptura a partir da referência, claramente visível em algumas passagens, a uma experiência antropológica genuinamente brasileira. Nesse sentido, Vieira da Silva se mostra inusitadamente próximo de uma prática historiográfica disposta a articular “brechas” ou “aberturas” possíveis no “fluxo nivelador da história oficial”, do tipo, por exemplo, da produzida no seu tempo pelo IHGB.

Se o livro de Vieira da Silva foi publicado pela SUDEMA através da referida “Coleção São Luís”, o de Mário Meireles sai, ao que parece, sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Maranhão, comandada à época por Magno Bacelar. Dissemos que “parece” porque na folha de rosto lê-se apenas Governo do Estado do Maranhão. A justificativa em pensar que teve o financiamento direto da Secretaria de Educação e Cultura deve-se ao fato de o prefácio da obra ser escrito pelo já citado chefe da Secretaria, Magno Bacelar.

É certo, entretanto, que Mário Meireles já possuía trânsito nos meios político-administrativos do seu Estado de origem. Em setembro de 1972, um mês depois da publicação de sua *História da Independência no Maranhão*, ele assume a chefia da Casa Civil do Gabinete do Governador. Também no ano de 1972, Magno Bacelar ocupou, durante alguns meses, o mesmo cargo.

De maneira curiosa, o livro de Mário Meireles aparece em 1972 completamente desprovido de qualquer referência explícita ao Sesquicentenário, isto se levarmos em conta o fato de o livro de Meireles tratar sobre o tema da Independência e de ser lançado pelo Poder Público estadual às vésperas do auge das comemorações dos 150 anos, que se deu com os desfiles militares de 7 de setembro em todo o país.

Para se ter uma idéia do clima dominante, mesmo um Jornal ligado às tendências de oposição da época, como o Jornal Pequeno, “embarcou” acriticamente na celebração do regime militar em torno da figura do monarca. Na sua edição de 13 de julho de 1972, lemos em letras garrafais a eloqüente manchete: “D. Pedro Volta Para Casa”. Dizia a notícia: “Num avião “Búfalo” da FAB, chegarão às 10:30 horas de hoje a São Luís, os despojos de D. Pedro I, o Proclamador da Independência do Brasil”. Nesse dia, segundo a notícia, em atendimento às recomendações da Delegacia Regional do Trabalho, comércio, indústria e várias repartições públicas não iriam funcionar, com a finalidade de que um maior número de pessoas pudesse participar das homenagens tributadas “*ao proclamador de nossa Independência*” (JORNAL PEQUENO, 13 de Julho de 1972).

Tendo isso em vista, porque não se fez nenhuma referência explícita ao Sesquicentenário no livro de Mário Meireles? Teria o autor preferido não associar sua obra diretamente às comemorações em torno do Sesquicentenário? Pensava ele em dar ao seu opúsculo sobre a Independência no Maranhão um caráter independente, de compromisso apenas com a “verdade dos fatos”, não o vinculando à conjuntura

ideológica de então? Quanto a isso, as nossas pesquisas ainda não permitem encaminhar, neste momento, nada de mais substancial. Podemos apenas dizer que seria do interesse do Governo do Estado poder “acessar” para o Governo Federal com mais uma obra escrita no Maranhão sobre o tema da Independência, ainda mais quando esta obra se colocava na mesma linha historiográfica do IHGB, que era, por assim dizer, quem ciceroneava os militares no seu *tour* ao passado (De que modo se fez a aproximação dos militares com o IHGB por ocasião do Sesquicentenário, é algo que também poderia ser explorado no sentido de se compreender os móveis ideológicos da época).

Voltando ao livro de Mário Meireles, pode-se dizer que a única referência explícita à conjuntura da época são as frases iniciais do prefácio de Magno Bacelar em que ele aponta o *civismo* e a *educação* como objetivos prioritários da nação brasileira naquele período.

Mas o fato é que por mais que Meireles não quisesse associar o seu livro à propaganda ideológica que os militares articularam em torno do Sesquicentenário, o fato é que a obra alinha-se à perspectiva de uma “história oficial” do tipo da que se inaugura no Brasil com o programa historiográfico do IHGB em 1838. Uma história oficial preocupada, sobretudo, em frisar o *continuum* de uma dominação histórica perpetrada por grandes homens “destinados” justamente a esse fim. Essa “continuidade histórica” retira sua força persuasiva e legitimadora do recurso metodológico da “história oficial” em narrar os acontecimentos a partir de “totalizações”, que fazem desaparecer dos processos históricos tudo o que contradiz, interrompe ou cinde a “marcha triunfante” da “história dos vencedores”.

Assim, a história nos chega ao fim e ao cabo através de versões muito coerentes que fazem dela apenas a matéria de uma ilustração deleitosa. Exorcizam-se dela (e do passado como um todo) os seus perigos, as suas tentativas malogradas, enfim, o seu potencial utópico de fazer com que se pense o presente sob outra luz capaz de iluminar outro futuro¹³.

¹³ Deve ficar claro que estamos neste ponto seguindo as concepções historiográficas de Walter Benjamin presentes, sobretudo, no texto “Sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1994, p. 222-232), e mais especificamente a exegese crítica em torno dessas questões levadas a efeito por Jeanne Marie Gagnebin no livro *História e narração em Walter Benjamin* (GAGNEBIN, 2004).

Pensar a apropriação do passado a partir desses modelos teóricos mais amplos pode, assim, nos ajudar a entender a aproximação dos militares à figura do príncipe português, por exemplo. Eles se ligariam por um mesmo compromisso com uma “história ordinária”: narração de um processo histórico sem brechas, sem furos, conduzido triunfalmente por “homens de valor”. Sublinhe-se, ademais, que tal crítica serve tanto para as construções históricas da “direita” quanto da “esquerda”, pois o seu objetivo maior incide no questionamento da “necessidade histórica”, sem com isso cair na ilusão da “liberdade absoluta”¹⁴.

A análise tende então a ser deslocada para um nível político-filosófico mais fundamental, no qual as percepções sobre o passado ou se acomodam à “narrativa cumulativa e complacente” que interessa à perpetuação de um estado de coisas inaugurado alhures, ou se lançam à interrupção e ruptura dessa história oficial, denunciando a não-naturalidade da ordem criada e apontando para a tentativa legítima em se propor mudanças radicais no aqui-agora sem que precisemos esperar por um lento “amadurecimento” das coisas. Diz Jeanne Marie Gagnebin:

Nas teses “Sobre o Conceito de História”, a tarefa do historiador “materialista” [um dos nomes pelos quais Benjamin nomeia este novo tipo de historiador] é definida, essencialmente, pela produção dessas *rupturas eficazes*. Longe de apresentar de início um outro sistema explicativo ou uma “contra-história” plena e valente, oposta e simétrica à história oficial, a reflexão do historiador deve provocar um abalo, um choque que imobiliza o desenvolvimento falsamente natural da narrativa (GAGNEBIN, 2004, p. 104; aspas da autora, grifo nosso).

Ao fazer ver a relação que existe entre “escrita da história” e “prática política”, as reflexões benjaminianas apontam para o fato de que escrever história (ou ainda, filiar-se a certa opção historiográfica) é adotar, consciente ou inconscientemente, uma postura política, uma vez que o passado está permanentemente aberto aos investimentos e desejos que demandam de um tempo presente.

¹⁴ Michael Löwy, na sua interpretação das teses “Sobre o conceito de história”, escritas por Benjamin em 1939 e publicadas postumamente em 1940, diz: “*As teses de 1940 constituem uma espécie de manifesto filosófico – em forma de alegorias e de imagens dialéticas mais do que de silogismos abstratos – para a abertura da história. Ou seja, para uma concepção do processo histórico que dá acesso a um vertiginoso campo dos possíveis, uma vasta arborescência de alternativas, sem no entanto cair na ilusão de uma liberdade absoluta: as condições “objetivas” são também condições de possibilidade*” (LÖWY, 2005, p. 147; grifo e aspas do autor).

Deste modo, o alinhamento de Meireles à “história oficial” dos militares deu-se, ao que pensamos, nesse nível mais fundamental: filosófico, político e historiográfico ao mesmo tempo. Se por algum motivo, que ignoramos, ele não pôde ou não quis associar o seu livro ao clima ufanista em torno do Sesquicentenário, não obstante isso, a sua narrativa sobre a Independência no Maranhão acabou indo de encontro ao *establishment* militar no sentido mesmo em que nela se encontram ausentes esse *distanciamento* ou *estranhamento* com relação ao narrado que lhe teria permitido acrescentar algo de novo tanto à matriz historiográfica da qual era signatário (o livro de Vieira da Silva) quanto ao debate ideológico de seu tempo.

Com relação a este debate, por exemplo, pode-se cogitar que o aparato ideológico e organizacional que o regime militar preparou em torno do Sesquicentenário, foi mais um passo no sentido de reafirmar os esforços de uma “opção” histórica do Estado brasileiro que relegou às classes trabalhadoras ou despossuídas o papel de simples “tutelados”. Em 1974, o sociólogo Florestan Fernandes publica o seu livro *A revolução burguesa no Brasil*, no qual levanta amplamente essa discussão em torno da postura “tutelar” em que historicamente se colocam as classes governantes brasileiras. Enquadrando a ditadura militar então vigente no Brasil no que ele chamava de “modelo autocrático-burguês”, Florestan Fernandes assim escreve:

A unificação e a centralização do poder real das classes burguesas não atingiram níveis suficientemente altos e profundos – mesmo com o auxílio, ulterior, do seu Estado autocrático e do que ele representa, como fator de reforço e de estabilidade da ordem – a ponto de mudarem o significado dos interesses especificamente burgueses em termos das outras classes, da Nação como um todo e dos centros de dominação imperialista externa [...], [o que] as leva [as classes burguesas] a perceber as classes operárias e as classes destituídas em função de uma alternativa estreita: ou meros *tutelados*; ou *inimigos irreconciliáveis* (FERNANDES, 1975, p. 354; grifos do autor).

A opção feita por Mário Meireles, no livro em questão, por uma história romantizada, pretensamente totalizante, que talvez visasse através de uma narrativa por demais coerente nos transportar à “verdade” dos fatos, o filiou diretamente à concepção historiográfica ortodoxa do IHGB, no que acabava por ser instrumento, também, ainda que à sua revelia, para a manutenção ideológica daquele estado de coisas inaugurado com a “revolução institucional” (no dizer de Florestan Fernandes) de 1964.

Na medida em que reificaram aquele passado da Independência brasileira, tornando-o peça de museu a ser passivamente contemplada, os militares se colocaram na perspectiva de um nivelamento e “fechamento” da história.

Na via contrária, àqueles que identificam algo errado na sociedade em que vivem, apresenta-se o recurso, em se tratando de historiografia, de encarar *o passado como inacabado*, buscando nele as centelhas de utopia capazes de renovar a percepção sobre um presente insuportável ou simplesmente decepcionante, e com isto, apontar novas perspectivas de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tempo, então, de empreender um esforço retrospectivo no sentido de construir um quadro sintético das várias questões apontadas ao longo do texto, procurando demarcar com mais força o que foi apenas ventilado.

Assim, a análise do livro de Vieira da Silva nos fez ver que na publicação de um livro de história estão envolvidos elementos provenientes das mais distintas esferas da realidade. A escrita da história se nos apresentou então como um ponto de convergência por onde se filtram, em medidas diferentes, questões sociais, econômicas, políticas, institucionais, literárias, biográficas etc., além das questões historiográficas propriamente ditas pertencentes à época da escritura.

Adentrando-nos na frente historiográfica, procuramos entender a construção desse objeto histórico que é “a História da Independência *da* Província do Maranhão”, a partir da análise dos diversos tipos de influências que agiram sobre Vieira da Silva, o criador, por assim dizer, desse objeto. Nesse sentido, pode-se dizer que tal criação foi contingente, mas não fortuita, uma vez que se pode legitimamente tentar mapear os fatores e as opções que estiveram presentes na criação deste objeto da maneira específica como ele apareceu. Um passo importante no sentido desse mapeamento foi perceber como Vieira da Silva se situou dentro do discurso historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual era membro. O IHGB, como diz Wilma Peres Costa (2005, p. 57), se constituiu, a partir do Segundo Reinado, como *rota de peregrinação* quase obrigatória para aqueles políticos/letrados que buscavam legitimar suas carreiras intelectuais.

Vieira da Silva teria correspondido, assim, a um apelo presente nas formulações originárias de 1838-39 do Instituto, segundo o qual se convocava os “brasileiros esclarecidos” das diferentes províncias do Império a contribuírem com suas observações regionais para a criação de um corpo bibliográfico que serviria à escrita de uma “história geral e filosófica do Brasil”.

A *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, publicada originalmente em 1862, apresenta-se de perfeita conformidade com esse chamamento originário do IHGB, pois o livro caracteriza-se por ser, em grande medida, uma descrição sóbria e moderada (recheada de transcrições integrais de documentos) dos acontecimentos que se desencadearam no Maranhão por conta do processo

emancipacionista deflagrado no Sul do País. Nesse sentido, ele cumpria bem o papel de ser apenas uma crônica regional objetiva a partir das quais (pois se esperava reunir outras do mesmo teor nas demais províncias) se esperava construir uma história geral da Independência, levando-se em conta a dedução do seu sentido histórico-filosófico mais amplo.

Neste ponto pode estar a explicação para o fato de a obra de Vieira da Silva ter se tornado, com relação ao tema “Independência no Maranhão”, um modelo historiográfico de longa vigência, sempre retomado e citado, assumindo mesmo o estatuto de “memória historiográfica”. Ora, na medida em que uma obra histórica é mais descritiva do que explicativa, ela se dá uma sobrevida maior, porque se furta ao risco de se tornar datada devido ao uso de explicações que remetem, na maioria das vezes, ao ideário dominante da época em que é escrita.

Deste modo, pode-se dizer que algumas das causas que teriam contribuído para a permanência do modelo historiográfico de Vieira da Silva, talvez não resultem tanto de uma passividade dos historiadores que lhe sucederam em buscarem outros ângulos de visão, mas sim do fato de a obra ter logrado colocar-se neste tom de imparcialidade que a torna sempre recomendável para os estudos históricos sobre a Independência no Maranhão. O problema é quando este excesso de apreço pela matriz se torna um empecilho para que novas visões sobre o processo sejam constituídas.

Pois bem, mas o fato é que quando Mário Meireles faz publicar sua *História da Independência no Maranhão*, em 1972, ele segue sob muitos aspectos o esquema narrativo adotado por Vieira da Silva 110 anos atrás, qual seja, o da ênfase em dois processos: 1) ênfase nas “guerras de libertação” promovidas pelos exércitos independentes do Ceará e do Piauí, e 2) ênfase nas disputas por cargos político-administrativos travadas entre “brasileiros” e “portugueses” na fase de reorganização política pós-Independência (GALVES, 2010, p. 21).

Apesar das semelhanças, vimos que em dois pontos o livro de Meireles difere do de Vieira da Silva: o primeiro se refere aos três capítulos iniciais nos quais Mário Meireles faz uma espécie de discussão historiográfica sobre o processo de Independência do Brasil e sobre a inserção do Maranhão nesse processo; o segundo ponto refere-se ao fato de Meireles não se mostrar nem imparcial, nem comedido em sua narração. Lançamos a hipótese de isto último ser o resultado da distância temporal com relação aos acontecimentos narrados, bem como da “opção” feita pelo historiador

por uma história romanesca, que se preocupa em arranjar propositadamente as cenas históricas de modo a provocar no leitor um envolvimento emotivo.

Por assim proceder, Mário Meireles acabou por se tornar mais opinativo e explicativo do que Vieira da Silva, mas não pudemos identificar um núcleo interpretativo comum de onde teriam emanado os seus juízos. Ao que parece, eles procedem das convicções pessoais do historiador em cada episódio específico, não havendo no livro de Mário Meireles um plano teórico ou interpretativo prévio através do qual se pudesse compreender as suas apreciações. Meireles teria se preocupado mais com a forma literária de seu livro, ou seja, em oferecer ao leitor uma versão coerente e totalizante dos acontecimentos, ainda que para isso tivesse que desconsiderar muitos aspectos que iam na contramão de uma narrativa coerente, ou que tivesse de dar um acabamento ficcional às sugestões dos documentos.

E aqui podemos identificar outro complexo de fatores que teriam motivado a permanência do modelo historiográfico de Vieira da Silva: a persistência em São Luís, pelo menos até a década de 1970, de hábitos de estudo e pesquisa remanescentes do séc. XIX; esta situação pode ser explicada tanto pela fraca profissionalização e especialização das disciplinas da área de humanas na capital, quanto pela busca de modelos intelectuais na geração da Athenas Brasileira de meados dos *oitocentos*.

Vimos, também, que o livro de Mário Meireles se alinhou, mesmo que à sua revelia (pois talvez pensasse estar contribuindo apenas para a verdade dos fatos), muito melhor à visão de mundo dos militares do que o livro de Vieira da Silva, que se encontrava cheio de “silêncios” e de arestas mal aparadas. Assim era porque a visão da história, e particularmente da Independência, que interessava aos militares naquele momento de comemoração em torno do Sesquicentenário, era a de uma “história triunfante”, da qual eles seriam os herdeiros legítimos. Na medida em que Mário Meireles retira da história todo estranhamento quanto ao seu curso, na medida em que segue nivelando e apagando as irrupções dos vários projetos em voga na época da Independência, ele se alinha a uma história oficial e ordinária que circunscreve o *desejo* ao círculo de ferro do *status quo*.

Mais uma vez, convém esclarecer que se trata de um desejo político, coletivo, que o historiador, através dos grupos em que se insere socialmente, pode e deve articular. Por mais que a maioria dos historiadores, hoje em dia, não se lance mais à tarefa de construir “impérios” (pois estes acabam sempre por levantar suspeitas ou

antipatias), e se limitem apenas a circular em torno das “racionalizações adquiridas”, para usar a excelente expressão de Michel de Certeau (2007, p.65-119), eles não deveriam se esquivar de serem representantes, através dos seus escritos, de desejos e causas coletivas, no que se furtariam, é preciso insistir, da esclerose político-libidinal que é simplesmente defender um lugar já conquistado.

FONTES E REFERÊNCIAS

1) Fontes:

Impressas:

a) Jornais:

Jornal Pequeno, edições de 6 de Outubro de 1968, 2 de Julho de 1972, 13 de Julho de 1972 e 6 de Setembro de 1972.

b) Mensagens Oficiais:

Mensagem do Governador Pedro Neiva de Santana à Assembléia Legislativa. Governo do Estado do Maranhão, 1972.

c) Obras de Referência:

MEIRELES, Mário Martins. *História da Independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antonio. *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

2) Referências:

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Brasil e Portugal no sesquicentenário da Independência brasileira (1972). *Anais do XIII Encontro de História ANPUH-RJ*: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org>. Acesso em 15/11/09.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p. 345-378.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas de Walter Benjamin, v. I*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

_____. O narrador. In: *Textos escolhidos de Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 57-74.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. In: *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 139-197.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CORDEIRO, Janaína Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). *Anais do XIII Encontro de História da ANPUH-RJ*: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org> Acesso em 15/11/09.

COSTA, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. 1997. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br> Acesso em 15/11/09.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p. 53-118.

Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GALVES, Marcelo Cheche. “Ao Público Sincero e Imparcial”: imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

_____. Entre a “libertação” e o “atraso”: memória e nação na historiografia maranhense sobre a independência. *Anais do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural: ensino, memória e bens culturais*. Teresina, 2008, p. 1-12 (CD-ROM).

_____. Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da Independência do Brasil. *Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org> Acesso em 15/11/09.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 95-122.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p. 17-48.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MALERBA, Jurandir. Para a história da historiografia da independência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a.165, n.422, jan - mar 2004, p. 59-85.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon Fon e Seleta, 1970.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. (1994). *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme (org.) (1972). *1822: Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____ (org.). *Brasil em perspectiva*. 17ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. Revista de História Iberoamericana, v.1, 2008, p. 76-132. Disponível em <http://revistahistoria.universia.cl/>. Acesso em: 15/11/09.

POMAR, Pedro. *O povo conquistará a verdadeira independência*. Disponível em <http://vermelho.org.br>. Acesso em 15/11/2009.

SILVA, Ana Ládía Conceição. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: *A invenção da história. Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 151-168.